



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas,

A Telefônica Brasil S.A. (B3: VIVT3, NYSE: VIV) submete à apreciação o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria emitido pelos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados de acordo com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS) e com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Marcado pela retomada gradual da economia no País, o ano de 2022 consolidou o papel essencial da conectividade como um dos principais meios para impulsionar a transformação social.

Nesse sentido, o propósito da Vivo de “Digitalizar para Aproximar” - e sua ação apoiando as empresas e o dia a dia das pessoas - foi fundamental para que aceitássemos o convite de presidir a Força Tarefa de Digitalização do B20, o grupo de líderes empresariais que desenvolve recomendações de políticas públicas para o G20. A principal conclusão do relatório final foi que priorizar o setor de conectividade na agenda pública é imprescindível para garantir uma transformação digital inclusiva.

O ano passado também ganhou destaque pela chegada efetiva do 5G ao País, o que nos torna protagonistas do futuro da tecnologia: a ativação da quinta geração, na frequência 3.5 GHz, para redes móveis já é realidade nas 27 capitais. Em 2023, chegaremos a mais localidades, revolucionando diversos setores da indústria brasileira, como o agronegócio. Nossos clientes contam, ainda, com a maior cobertura móvel em 4.5G - além de 4G e 3G - e com a principal rede de fibra da América Latina. Encerramos 2022 em posição de liderança absoluta do mercado com mais de 23 milhões de domicílios cobertos em 409 cidades brasileiras. Tudo isso mostra que **#FlemVivoPraTudo** - um dos pilares estratégicos da empresa - e que só aqui o cliente pode ter uma oferta total e convergente. Esse foi o uso atrativo para aqueles clientes de telefonia celular que chegaram após a aquisição de parte dos ativos da Oi Móvel, além da melhor experiência e qualidade de conexão do País. Absorvemos cerca de 9 milhões de acessos em 2022, consolidando o maior número do Brasil: 112 milhões de acessos totais. Destaque para a região Nordeste, onde alcançamos a liderança do mercado em Pernambuco, Alagoas e Paraíba. Esses clientes passaram a contar com uma infraestrutura 4G, 4.5G e 5G de qualidade e serviços digitais inovadores.

O último ano marcou a consolidação da Vivo como um ecossistema de tecnologia. Lançamos a Óvni, marca própria de acessórios, com produtos para smartphones como capas, pulseiras, cabos e carregadores, aliando design a um ótimo custo-benefício. Para os lares dos clientes, fortalecemos o segmento de casa inteligente, agregando a internet via fibra para aqueles que têm interesse em transformar suas residências em ambientes *high tech*. Temos fivres forte desempenho na venda de dispositivos, entre lâmpadas e câmeras inteligentes, sensores e repetidores Wi-Fi, entre outros. Além disso, seguimos crescendo em número de assinantes do Vivo Guru, marca utilizada nos serviços de instalação, configuração e orientação de itens de tecnologia. E, para proporcionar a melhor experiência em nossas 1,9 mil lojas físicas, inauguramos novos espaços e levamos o nosso conceito arquitetônico com sala dedicada a clientes corporativos.

Concluímos a *joint venture* com a Ânima Educação e anunciamos a criação do VIVAE, o qual chegou ao mercado com uma estratégia direcionada a cursos livres de capacitação, com foco em educação continuada e empregabilidade. Na área da saúde, reformulamos o Vida V, e, no setor financeiro, seguimos com o Vivo Money, que conta com uma carteira de R\$ 180 milhões em empréstimos pessoais. No entretenimento, seguimos evoluindo nossas parcerias de conteúdo com planos com grandes players do mercado como Netflix, Disney+, Amazon Prime Video, Spotify. Também ampliamos nossas opções ao lançar o Vivo Play App, serviço de assinatura que oferece uma grande variedade de conteúdo a um preço acessível. Nosso *marketplace*, o Vivo Shopping, segue apoiando os clientes na digitalização e conta, hoje, com mais de 70 mil itens.

A construção de uma nova cultura corporativa, como a adesão ao home office por muitas empresas e os novos hábitos de consumo tecnológico, ampliaram os investimentos em soluções de Cibersegurança e Cloud. Esse

ABORDAGEM ASG - NOSSA ATUAÇÃO

A Telefônica Brasil possui uma estratégia ASG composta por seis pilares de atuação, com mais de 100 indicadores monitorados pelo Conselho de Administração através do Comitê de Qualidade e Sustentabilidade, por meio do Plano de Negócio Responsável (PNR). O PNR é composto por metas (2021 - 2024) que promovem o crescimento responsável da Companhia e contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para fortalecer mais o tema, desde 2019, 20% da remuneração variável de curto prazo de executivos e funcionários está vinculada a metas de reputação, NPS, emissões de GEE e mulheres na liderança. Em 2022, foi anunciado um Novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, que inclui ações teóricas (*phantom shares*) da Companhia na remuneração variável dos executivos, tendo indicadores de mudanças climáticas entre os critérios de avaliação.

Em 2022, a Telefônica Brasil aprovou a nova composição de seu Conselho de Administração, com avanços em membros independentes (83,3% e diversidade (33,3% são mulheres). Reforçando como a sustentabilidade está integrada à estratégia financeira, a empresa emitiu R\$ 3,5 bilhões em *Sustainability-Linked Bonds* (SLBs), instrumento de dívida vinculada a metas ESG. Os compromissos assumidos estão relacionados a diversidade e clima.

A Telefônica Brasil acredita que a tecnologia é crucial na transição para uma economia e sociedade mais verde e inclusiva. Em 2022, os produtos e serviços que favorecem a eficiência energética e climática e se alinham ao objetivo de conter o aumento da temperatura global em 1,5°C totalizaram R\$ 1.631,7 milhões em receitas.

A Companhia se mantém com 100% da energia elétrica consumida oriunda de fontes renováveis e encerrou o ano com 48 usinas em operação das 85 planejadas no Programa de Geração Distribuída. Em 2022, a empresa reduziu aproximadamente 50% as emissões diretas de GEE frente a 2021, contribuindo para a meta do Grupo de alcançar emissões líquidas zero até 2040.

Em economia circular, desde 2006, a Telefônica Brasil oferece pontos de coleta para o descarte correto do lixo eletrônico por meio do Programa Recicle Com a Vivo, que encerrou 2022 com cerca de 11 toneladas coletadas. Na rede Fixa (modems e decodificadores), o processo de logística reversa permitiu a reutilização de cerca de 1,2 milhão de equipamentos em 2022.

Visando promover desenvolvimento social e inclusão a partir da digitalização, a empresa possui soluções em saúde (Vida V), educação (VIVAE), bancarização e acesso ao crédito (Vivo Pay e Vivo Money). A digitalização também faz parte do propósito da Fundação Telefônica Vivo, que beneficiou cerca de 2,2 milhões de pessoas e investiu R\$58 milhões em 2022.

Em diversidade, o programa de estágio e trainee destinou 50% das vagas para pessoas negras. A Companhia encerrou o ano com 22% profissionais negros em cargos de liderança e 36% de mulheres em cargos de liderança executiva. Voltado a inovação, a Wayra Brasil, *hub* de inovação aberta, encerrou 2022 com 26 startups no portfólio, sendo que 50% geraram negócios para a empresa. Já o Vivo Ventures, Corporate Venture Capital lançado em 2022, realizou aportes financeiros na *fintech* Klavi (US\$ 3 milhões) e Klubi (R\$10 milhões).

A Telefônica Brasil tem o compromisso de seguir altos padrões de privacidade e segurança. Informações sobre tratamento de dados, exercício de direitos e detalhes sobre a gestão estão disponíveis em seu Centro de Privacidade. Além disso, a estratégia de segurança digital é monitorada por meio de uma estrutura de gestão dedicada com Chief Security Officer (CSO) e Chief Information Security Officer (CISO), um Comitê Executivo de Riscos, e a revisão periódica por um membro independente do Conselho de Administração.

A empresa segue importantes padrões e certificações: ISO 26000 (Responsabilidade Social); ISO 27001 (Seg. da Informação) para o processo GVUL (gestão de vulnerabilidades) e MDR (*Managed Detection and Response*) do programa de segurança digital (Vivo Segura); DSC 10000 (Compliance); ISO 14001 (Ambiental); ISO 45001 (Saúde e Segurança Ocupacional) e ISO 50001 (Energia). Além disso, aderiu à Ambição 2030 do Pacto Global da ONU Brasil.

A Telefônica Brasil está posicionada nas principais avaliações ASG, como: (1) Entre as 10 empresas mais sustentáveis do setor no ranking ESG Global da S&P (nona posição); (2) Presente na 'A List' do CDP Climate Change; (3) Top 5 do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE B3 (segunda posição); (4) Entre as 10 Melhores Empresas para Trabalhar pelo GPTW Brasil 2022. A empresa integra também índices ESG do S&P, FTSE4Good e MSCI.

CONTEXTO MACROECONÔMICO

O ano de 2022 foi caracterizado pelo crescimento econômico acima do esperado e pelas incertezas em torno da política fiscal e ser adotada para os próximos anos, em um contexto de eleições presidenciais.

A flexibilização das medidas restritivas beneficiou o setor de serviços, que por sua vez impulsionou o mercado de trabalho, com a taxa de desemprego atingindo seu menor nível desde 2015. O aumento das transferências de renda também favoreceu a expansão do consumo no período. Diante disso, o PIB brasileiro cresceu em torno de 3,0% em 2022, de acordo com as expectativas de mercado, após alta de 5,0% em 2021 e contração de 3,3% em 2020.

A normalização das cadeias produtivas pós-pandemia e a redução da alíquota de impostos sobre os preços de combustíveis, energia elétrica e telecomunicações contribuíam para desaceleração da inflação em 2022 apesar do aquecimento da economia. Assim, os preços ao consumidor, medidos pelo IPCA, passaram de 10,06% para 5,79% entre 2021 e 2022. Nesse ambiente de inflação ainda superior à meta estabelecida pelo Banco Central, o Copom elevou a taxa Selic, para 13,75% ao final de 2022, ante 9,25% ao final de 2021.

Do lado fiscal, o déficit do setor público caiu novamente em 2022, refletindo principalmente o avanço da receita pública em meio ao forte crescimento econômico. Como resultado, o superávit foi de 1,8% do PIB em 2022 (ante superávit de 0,7% em 2021). Com isso, a dívida pública bruta caiu de 80,3% para 74,5% do PIB entre 2021 e 2022. O prêmio de risco brasileiro oscilou de 326 pontos base ao final de 2021 para 256 pontos base ao final de 2022. A taxa de câmbio do Real brasileiro valorizou 7,12% em relação ao dólar americano, passando de R\$ 5,58 ao final de 2021 para R\$ 5,29 ao final de 2022.

A despeito da redução da dívida pública em 2022, a aprovação de R\$ 168 bilhões (1,5% do PIB) em despesas fora do teto de gastos para 2023 e a necessidade de novo arcabouço fiscal elevaram a volatilidade dos preços de ativos financeiros dado o maior risco de insustentabilidade fiscal. Nesse sentido, a retomada da agenda de reformas estruturais ganha ainda mais importância.

Para 2023, espera-se que a taxa Selic permaneça em patamares elevados ao longo do ano, diante dos maiores riscos fiscais, contribuindo para a convergência gradual da inflação à meta. A política monetária restritiva e

cenário refletiu nos resultados da nossa divisão empresarial. Consolidamos nossa atuação com a operação da Telefônica Tech - holding de serviços digitais e tecnologia do Grupo Telefônica. Levamos para o mercado um portfólio mais robusto de soluções, contemplando iniciativas em Cibersegurança, Cloud, IoT e Big Data, que já representa R\$ 2,7 bilhões do faturamento. Avançamos em ações verticalizadas que contribuíro, por exemplo, para o aumento de produtividade no agronegócio por meio de um amplo ecossistema digital. Além da conectividade com redes públicas ou privadas, as iniciativas incluem itens que otimizam o dia a dia no campo com muito mais inteligência, tornando a operação mais eficiente. No segmento de soluções digitais empresariais, anunciamos a aquisição da Vita IT, integradora de tecnologia que atende companhias de diferentes portes. Com esse movimento, fortalecemos, ainda mais, o posicionamento de referência nacional como integradora de soluções de rede e ampliamos o nosso ecossistema digital.

No último ano, também apostamos na inovação com a criação do Vivo Ventures, fundo de CVC (Corporate Venture Capital) de R\$ 320 milhões para investir em startups brasileiras com soluções nas áreas de Entretenimento, Casa Inteligente, Marketplace, Saúde, Finanças e Educação - setores-chave para o posicionamento da Vivo. Fizemos um aporte de R\$ 10 milhões na Klubi, a primeira *fintech* autorizada pelo Banco Central a operar como administradora de consórcios no País. Investimos cerca US\$ 3 milhões na Klavi, empresa focada em *open finance* e soluções B2B e B2C que tem a tecnologia como ponto de partida para diversos serviços, como por exemplo, ajudar na modelagem de risco para concessão de crédito. Reforçamos, assim, nosso pilar **#TemTudoNaVivo**. Inovamos, também, com a marca Terra, ao anunciarmos o posicionamento do portal como uma *mediatech*. Além disso, aceleramos os investimentos em patrocinios, como a Parada do Orgulho LGBT+, a Brasil Game Show e a cobertura da Copa do Mundo de futebol, retomando, assim, o protagonismo do Brasil em grandes coberturas e em editorias que abordam temas ligados à diversidade.

Para garantir a melhor experiência dos nossos clientes, focamos na qualidade dos serviços e no relacionamento por meio de todos os pontos de contato, do presencial ao virtual. Essa estratégia é desenvolvida no pilar **#DNAVivo**. Seguimos investindo e aprimorando o nosso principal canal de interação com os clientes, o app Vivo, que hoje conta com mais de 80 milhões de acessos por mês e 21 milhões de usuários únicos. No último ano, alcançamos um valor histórico de satisfação de Employee Net Promoter Score (eNPS), que só foi possível porque a nossa cultura interna não é diferente da premissa do negócio: ter o digital combinado com o fator humano como a base de tudo. O momento atual pede a evolução da cultura das empresas para uma versão justamente mais digital e colaborativa, assim como exige grupos pluraes e diversos trabalhando juntos.

Aqui, acreditamos que diversidade é um pilar primordial na cultura e a consideramos um diferencial para a inovação. Para fomentar a inclusão, investimos em programas de trainee e estágio com 50% das vagas focadas em talentos negros. Hoje, temos 33% de colaboradores pretos trabalhando na Vivo e chegamos também a 22% deles na liderança e queremos ampliar essa presença na Companhia, propondo atingir um indicador igual ou maior que 30% em cargos de liderança até 2027. Em 2022, nos tornamos a primeira do setor a aderir aos movimentos da Ambição 2030, liderada pela ONU Brasil, para impulsionar ações de impacto pelas empresas em contribuição à sociedade: “Ambição Net Zero”, “Elas Lideram”, “Raça é Prioridade”, “Mente em Foco” e “Salário Digno”. A adesão reitera nosso compromisso de avançar em iniciativas que contribuem, de modo efetivo, para as questões sociais e ambientais no Brasil.

Para ampliar a presença de mulheres em cargos de gestão, promovemos programas para formação e desenvolvimento de lideranças dedicados, exclusivamente, a elas, como o WIL - WOMEN IN LEADERSHIP. Temos o desafio, junto à ONU, de chegar a 30% de mulheres em cargos diretivos até 2025. Nosso Conselho Administrativo já conta com 33% de presença feminina e o programa “Mulheres de Fibrá” reúne mais de 300 profissionais nas funções de campo, como reparo e instalação. Em 2022, integramos pela primeira vez o Top 100 do Refinitiv Global Diversity & Inclusion Index, que classifica mais de 12 mil companhias em todo o mundo e identifica as 100 principais empresas de capital aberto com os locais de trabalho mais diversos e inclusivos, conforme aferição de 24 métricas separadas em quatro pilares principais. Também fomos incluídos, pela primeira vez, no Bloomberg Gender-Equality Index 2022 (GEI), um índice ponderado pela capitalização de mercado, que tem como objetivo acompanhar o desempenho de empresas de capital aberto comprometidas com a transparência na geração de relatórios de dados sobre gênero. Ao todo, são 418 empresas, em 45 países e regiões, participantes do GEI.

o menor crescimento da atividade econômica global sugerem desaceleração do PIB brasileiro, para aproximadamente 0,8%, segundo a pesquisa Focus.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Em 2022, a Receita Líquida da Companhia cresceu +9,1% a/a e atingiu R\$ 48.041,2 milhões (R\$ 44.032,6 milhões em 2021), alcançada pelo crescimento da receita móvel, seguida pelos serviços de fibra, como FTTH e IPTV, e Dados Corporativos, TIC e outros.

NEGÓCIO MÓVEL

A **Receita Líquida Móvel** avançou 12,6% em 2022, suportada pelo desempenho da **Receita de Serviço Móvel**, que cresceu 12,1% a/a, e pela **Receita de Aparelhos** (+17,5% a/a). A performance reflete o incremento expressivo da base de clientes, principalmente em função da incorporação dos clientes da Oi móvel, e os reajustes anuais de preço. A **Receita de Pós-pago**, que representa 80% da receita de serviço móvel, cresceu 11,4% a/a devido aos reajustes anuais de preço e aumento da base de clientes. Em 2022, adicionamos cerca de 9 milhões de acessos pós-pago, provenientes da aquisição da Oi Móvel, da migração de clientes pré-pago para controle e do saldo positivo de portabilidade de outras operadoras.

A **Receita de Pré-pago** aumentou 15,1% na comparação anual em função do aumento de 14,6% da base de clientes, impulsionada pela incorporação de clientes adquiridos da Oi Móvel.

A venda de smartphones compatíveis com 5G e a ampla oferta de acessórios contribuíram para um incremento de 17,5% na **Receita de Aparelhos** em comparação à 2021.

NEGÓCIO FIXO

A **Receita Líquida Fixa** cresceu 2,1% a/a, impulsionada pela maior representatividade da **Receita Core Fixa'** (+11,5% a/a), que corresponde a 74,0% (+6,2 p.p.) da receita líquida fixa. A contribuição desse negócio para o crescimento de receita total da Companhia é uma mudança estrutural de nosso mix de receitas, resultado da decisão estratégica de focar os investimentos em tecnologias mais avançadas, como fibra e serviços digitais B2B.

A receita de **FTTx** aumentou 9,8% a/a em 2022, impulsionada pelo desempenho da **Receita de FTTH** (+22,0% a/a). Em 2022, nossa rede de fibra até a casa do cliente chegou a mais 82 novas cidades, adicionando 3,7 milhões de casas passadas e 0,9 milhão de casas conectadas. Essa velocidade na expansão da nossa rede e na conexão de clientes nos permite manter o forte crescimento da receita de fibra.

A **Receita de IPTV**, produto associado à conectividade de fibra, avançou 7,2% a/a, mesmo com uma ligeira redução da base de acessos (-2,0% a/a).

A forte performance da **Receita de Dados Corporativos, TIC e outros**, de 16,1% a/a em 2022, é resultado do portfólio completo de produtos e serviços oferecidos pela Companhia, que inclui, além da conectividade, soluções de cloud, TI, equipamentos e cibersegurança, entre outros, nos permitindo auxiliar empresas de diversos portes a digitalizarem suas operações.

CUSTOS

Os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação e amortizações, atingiram R\$ 28.759,7 milhões no ano, um aumento de 14,9% quando comparado a 2021 (R\$ 25.025,4 milhões). Esse aumento é reflexo dos maiores custos com serviços digitais e venda de aparelhos e acessórios, com contrapartida no incremento de receitas, além de maiores despesas com remuneração variável e contratação de novos colaboradores, parcialmente compensado pelas constantes iniciativas de digitalização e eficiência, com incentivo do uso dos canais digitais nas vendas de produtos, serviços, recargas, e pagamentos, crescente adoção do *e-billing* e redução de chamadas no call center, além do rígido controle da provisão para devedores duvidosos.

EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 19.281,5 milhões em 2022, um aumento de 1,4% a/a (R\$ 19.007,2 milhões em 2021). A Margem EBITDA alcançou 40,1% em 2022, redução de 3,0 p.p. em relação a 2021 (43,2%).

Em R\$ milhões - Consolidado	2022	2021
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e equivalência patrimonial	6.621,6	6.968,9
Despesas de depreciação e amortização	-	-
Em custos dos serviços prestados	10.309,9	9.688,7
Em despesas de comercialização de serviços	1.521,7	1.506,9
Em despesas gerais e administrativas	828,7	842,7
EBITDA	19.281,5	19.007,2

Margem EBITDA		
a) EBITDA	19.281,5	19.007,2
b) Receita Operacional Líquida	48.041,2	44.032,6
a) / b)	40,1%	43,2%

RESULTADO LÍQUIDO

O Resultado Líquido de 2022 atingiu R\$ 4.057,9 milhões (R\$ 6.229,4 milhões em 2021), redução de 34,9% a/a. A margem líquida da Telefônica Brasil em 2022 foi de 8,4% (14,1% em 2021). O resultado refletiu o efeito do reconhecimento de créditos fiscais em 2021, além do incremento da despesa financeira em 2022, em função do maior endividamento e subida da taxa de juros no comparativo anual. Além disso, houve aumento da depreciação e amortização no período, dada a amortização de licenças de espectro adquiridas em novembro de 2021 e dos ativos intangíveis adquiridos da Oi móvel em abril de 2022.

Em R\$ milhões - Consolidado	2022	2021
a) Lucro líquido do exercício	4.057,9	6.229,4
b) Receita Operacional Líquida	48.041,2	44.032,6
a) / b)	8,4%	14,1%

1 Total de receitas da Companhia, excluindo voz fixa, xDSL e DTH.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado				Controladora	Consolidado		
ATIVO	Nota	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	Nota	31.12.22	31.12.21	31.12.21
Ativo circulante		15.771.846	20.655.171	17.283.910	21.066.168		20.825.429	22.321.331	22.459.398
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.359.061	6.187.360	2.273.834	6.448.483	16	975.432	848.819	1.035.652
Aplicações financeiras	4	1.016	30.109	1.016	30.109	17	7.169.209	7.085.058	7.415.798
Contas a receber	5	8.393.728	8.064.097	8.691.114	8.100.269	8.d	-	-	3.064
Estoques	6	783.041	6.783.041	789.724	639.825	18	1.044.473	1.465.039	1.097.512
Despesas antecipadas	7	983.508	1.004.786	1.141.521	1.006.425	19.c	3.187.417	4.265.715	3.187.417
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	574.284	376.750	622.460	382.386	20	1.322.852	698.098	1.878.086
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	9	2.528.119	3.706.407	2.571.170	3.716.169				
Depósitos e bloqueios judiciais	10	591.275	105.876	592.369	106.963				
Dividendos e juros sobre o capital próprio	19.b	15.422	12.396	-	-	21	5.786.313	6.903.208	6.019.945
Instrumentos financeiros derivativos	32	113.501	6.451	113.501	6.451	22	670.945	599.873	845.645
Outros ativos	11	428.891	530.425	487.201	623.088	32	86.548	4.538	86.548
Ativo não circulante		100.822.503	94.611.264	101.837.573	94.603.365	23	582.240	450.983	601.053
Realizável a longo prazo		5.247.225	5.418.518	5.845.943	5.734.277	27.365.180	23.017.908	28.494.916	23.197.939
Aplicações financeiras	4	43.295	37.044	43.522	37.238	16	60.980	21.522	61.674
Contas a receber	5	399.029	470.882	399.029	470.882	8.d	104.438	97.668	97.668
Despesas antecipadas	7	978.121	442.263	993.391	442.268	18	2.648.391	1.719.528	2.788.735
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.e	-	-	379.093	121.748	8.e	3.831.721	4.172.044	3.831.721
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.c	-	2.692	-	2.692	20	6.129.243	5.602.382	6.732.745
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	9	861.397	1.340.869	869.460	1.340.872				
Depósitos e bloqueios judiciais	10	2.611.639	2.560.421	2.790.618	2.724.215	21	12.904.313	10.021.541	13.281.851
Instrumentos financeiros derivativos	32	44.522	54.433	44.522	54.433	22	137.170	153.839	137.778
Outros ativos	11	309.222	509.914	326.308	539.929	32	77.593	69.022	77.593
Investimentos	12	6.444.663	707.008	368.195	356.290	23	1.470.791	1.160.362	1.478.381
Imobilizado	13	45.367.102	44.387.672	45.898.185	44.408.491	48.190.609	45.339.239	50.665.336	45.657.337
Intangível	14	43.763.513	44.098.066	49.725.250	44.104.307	68.403.740	69.927.196	68.403.740	69.927.196
						24.a	63.571.416	63.571.416	63.571.416
						24.b	149.409	754.443	754.443



Telefônica

Telefônica Brasil S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	46.052.951	43.684.068	48.041.162	44.032.613
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(25.785.140)	(24.587.279)	(27.431.680)	(24.781.369)
Lucro bruto	20.267.811	19.096.789	20.609.482	19.251.244
(Despesas) Receitas operacionais	(13.781.234)	(12.044.567)	(14.011.571)	(12.165.135)
Despesas com comercialização	(11.678.208)	(11.582.804)	(11.839.126)	(11.594.117)
Despesas gerais e administrativas	(2.671.085)	(2.567.282)	(2.737.600)	(2.615.905)
Outras receitas operacionais	1.274.947	3.012.432	1.242.583	2.993.647
Outras despesas operacionais	(683.648)	(1.061.654)	(653.686)	(1.066.022)
Resultado de equivalência patrimonial	(23.240)	154.741	(23.742)	117.262
Lucro operacional	6.486.577	7.052.222	6.597.911	7.086.109
Receitas financeiras	2.117.141	1.289.764	2.216.198	1.310.533
Despesas financeiras	(3.863.545)	(2.422.484)	(3.982.518)	(2.437.113)
Lucro antes dos tributos	4.740.173	5.919.502	4.831.591	5.959.529
Imposto de renda e contribuição social	(655.160)	319.862	(773.689)	269.828
Lucro líquido do exercício	4.085.013	6.239.364	4.057.902	6.229.357
Atribuíveis a:				
Acionistas controladores	4.085.013	6.239.364	4.057.902	6.229.357
Acionistas não controladores	-	-	(27.111)	(10.007)
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	24.f	2,44	3,71	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas	58.036.918	58.937.429	60.317.196	59.336.501
Venda de mercadorias e serviços	57.138.884	56.639.248	59.501.183	57.051.723
Outras receitas	2.143.251	3.723.953	2.131.627	3.721.066
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	(1.245.217)	(1.425.772)	(1.315.614)	(1.436.288)
Insumos adquiridos de terceiros	(21.583.252)	(21.352.763)	(22.560.582)	(21.465.307)
Custo dos produtos, mercadorias e dos serviços vendidos	(15.029.918)	(14.526.775)	(15.959.924)	(14.633.243)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.125.076)	(8.107.486)	(7.259.534)	(8.113.768)
Perda/Recuperação de ativos	661.742	1.281.498	658.876	1.281.704
Valor adicionado bruto	36.453.666	37.584.666	37.756.614	37.871.194
Retenções	(12.175.069)	(12.027.287)	(12.659.873)	(12.038.331)
Depreciação e amortização	(12.175.069)	(12.027.287)	(12.659.873)	(12.038.331)
Valor adicionado líquido produzido	24.278.597	25.557.379	25.096.741	25.832.863
Valor adicionado recebido em transferência	2.093.901	1.444.505	2.192.456	1.427.795
Resultado de equivalência patrimonial	(23.240)	154.741	(23.742)	117.262
Receitas financeiras	2.117.141	1.289.764	2.216.198	1.310.533
Valor adicionado total a distribuir	26.372.498	27.001.884	27.289.197	27.260.658
Distribuição do valor adicionado	26.372.498	27.001.884	27.289.197	27.260.658
Pessoal, encargos e benefícios sociais	5.411.565	4.702.814	5.653.090	4.842.006
Remuneração direta	3.657.282	3.183.346	3.816.079	3.276.449
Benefícios	1.534.046	1.325.024	1.604.041	1.363.152
FGTS	220.237	194.444	232.970	202.405
Impostos, taxas e contribuições	11.853.814	12.500.066	12.388.396	12.615.589
Federal	4.474.254	3.262.137	4.694.077	3.363.593
Estadual	7.167.489	8.982.837	7.449.529	8.986.780
Municipal	212.071	255.092	244.790	265.216
Remuneração de capitais de terceiros	5.022.106	3.559.640	5.189.809	3.573.706
Juros	3.767.049	2.360.050	3.880.745	2.373.186
Aluguéis	1.255.057	1.199.590	1.309.064	1.200.520
Remuneração de capitais próprios	4.085.013	6.239.364	4.057.902	6.229.357
Juros sobre o capital próprio e dividendos	24.d	2.075.000	2.735.000	2.075.000
Dividendos	24.d	1.000.000	1.500.000	1.000.000
Lucros retidos	24.h	1.010.013	2.004.364	1.010.013
Participação de acionistas não controladores	-	-	(27.111)	(10.007)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	4.085.013	6.239.364	4.057.902	6.229.357
Outros resultados abrangentes líquidos que podem ser reclassificados para resultado em exercícios subsequentes	(15.834)	2.552	(15.834)	2.552
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	24.e	642	5.664	5.664
Tributos	8.e	(218)	(1.926)	(1.926)
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	12	(16.258)	(1.186)	(1.186)
Outros resultados abrangentes líquidos que não podem ser reclassificados para resultado em exercícios subsequentes	(50.100)	259.634	(51.729)	262.615
Perdas não realizadas em ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	24.e	(212)	(429)	(212)
Tributos	8.e	72	146	72
Ganhos (perdas) atuariais e efeitos da limitação de ativos dos planos superavitários	31	(75.697)	393.814	(77.924)
Tributos	8.e	25.737	(133.897)	26.335
Equivalência patrimonial no resultado abrangente das investidas, decorrentes de ganhos (perdas) atuariais e efeitos da limitação de ativos dos planos superavitários	12	(1.426)	2.984	-
Outros resultados abrangentes	(67.360)	265.170	(67.563)	265.167
Total do resultado abrangente do exercício, líquidos dos tributos	4.017.653	6.504.534	3.990.339	6.494.524
Atribuíveis a:				
Acionistas controladores	4.017.653	6.504.534	4.017.653	6.504.534
Acionistas não controladores	-	-	(27.314)	(10.010)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais	4.740.173	5.919.502	4.831.591	5.959.529
Lucro antes dos tributos	4.740.173	5.919.502	4.831.591	5.959.529
Ajustes de:				
Depreciações e amortizações	26	12.175.069	12.027.287	12.038.331
Variações cambiais de instrumentos financeiros derivativos e de empréstimos		199.625	(5.056)	199.625
Variações monetárias de ativos e passivos		736.949	821.465	761.128
Baixas em operações com alienação de investimentos		-	(358.439)	-
Resultado de equivalência patrimonial	12	23.240	(154.741)	23.742
Ganhos na baixa / alienação de ativos		(707.471)	(846.217)	(708.475)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	26	1.245.217	1.425.772	1.315.614
Mudanças em provisões passivas		8.952	253.857	251.116
Baixas e reversões de perdas estimadas para a redução ao valor realizável dos estoques		31.452	37.000	34.672
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	31	32.429	68.141	33.775
Provisões para demandas tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias	20	683.648	1.061.654	653.686
Despesas de juros (empréstimos, financiamentos, arrendamentos, operações com derivativos, licenças 5G e contraprestação contingente)		1.792.366	940.446	1.850.286
Outros		(9.811)	(28.073)	(9.434)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber		(911.101)	(1.366.129)	(854.322)
Estoques		(181.979)	(42.679)	(179.613)
Tributos a recuperar		(588.771)	(2.358.365)	(631.528)
Despesas antecipadas		(514.580)	(393.242)	(483.711)
Outros ativos		160.048	49.855	139.213
Pessoal, encargos e benefícios sociais		166.071	129.313	184.741
Fornecedores		493.589	1.016.007	231.890
Impostos, taxas e contribuições		2.208.838	1.708.361	2.136.829
Provisões para demandas tributárias, trabalhistas, cíveis, regulatórias, valores a restituir a clientes e provisão para multas por cancelamento de contratos de arrendamento	20	(1.029.503)	(1.099.061)	(1.144.779)
Outros passivos		190.245	86.574	291.406
Fluxos de caixa das atividades operacionais	16.204.522	12.973.730	16.755.734	13.064.214
Caixa gerado nas operações	20.944.695	18.893.232	21.587.325	19.023.783
Juros pagos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, licenças 5G e contraprestação contingente	21.e	(1.463.332)	(853.730)	(1.531.511)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(919.085)	(66.581)	(1.113.889)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	18.562.278	17.972.921	18.941.925	18.072.600
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado e intangível		(9.881.993)	(9.291.642)	(9.884.116)
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado		771.996	758.180	777.996
Pagamento por aquisição de investimentos e aporte de capital em controlada	12	(5.223.536)	(54.000)	(4.976.672)
Caixa recebido pela alienação de investimentos		161.057	244.139	232.057
Resgates (pagamentos) líquidos de depósitos judiciais	19.b	(407.766)	163.255	(411.682)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	19.b	51.125	178.199	-
Caixa e equivalentes de caixa pela aquisição de sociedades	12	-	-	69.390
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.152.317)	(8.001.869)	(4.203.027)	(8.127.768)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Ingressos de empréstimos e debêntures	21.e	4.500.000	-	4.500.000
Pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, licenças 5G e contraprestação contingente	21.e	(6.939.712)	(3.898.763)	(6.986.220)
Recebimento dos instrumentos financeiros derivativos		55.617	47.661	55.617
Pagamento dos instrumentos financeiros derivativos	32	(166.659)	(52.623)	(166.659)
Pagamento por aquisições de ações para tesouraria	24.b	(607.443)	(495.995)	(607.443)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	19.c	(5.709.263)	(4.901.326)	(5.709.263)
Recebimento de recursos para aumento de capital em controladas por outros acionistas		-	-	421
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(8.867.460)	(9.301.046)	(8.931.547)	(9.258.430)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(4.828.299)	670.006	(4.174.649)	686.402
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	6.187.360	5.517.354	6.448.483
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	1.359.061	6.187.360	2.273.834

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Nota	Reservas de capital				Reservas de lucro			Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido da controladora	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	Capital social	Reserva especial de ágio	Outras reservas de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva para expansão e modernização						
Saldos em 31 de dezembro de 2020	63.571.416	63.074	1.229.730	(110.541)	3.073.334	76.345	-	-	1.587.518	65.888	69.556.764	-	69.556.764
Dividendo adicional proposto do exercício de 2020	24.d	-	-	-	-	-	-	-	(1.587.518)	-	(1.587.518)	-	(1.587.518)
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	24.d	-	-	-	-	-	-	116.236	-	-	116.236	-	116.236
Transferência de incentivos fiscais	24.c	-	-	-	-	43.009	-	(43.009)	-	-	-	-	-
Recompra de ações ordinárias para manutenção em tesouraria	24.b	-	-	-	(495.995)	-	-	-	-	-	(495.995)	-	(495.995)
Outros resultados abrangentes	24.e / 31.c	-	-	-	-	-	-	262.901	-	2.269	265.170	(3)	265.167
Efeitos de equivalência patrimonial na FIBrasil	12	-	-	2.182	-	-	-	-	-	-	2.182	-	2.182
Efeitos da alienação do investimento na CloudCo Brasil	12	-	-	31.367	-	-	-	-	-	-	31.367	47.674	79.041
Efeitos da alienação do investimento													

continuação



Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A seguir, apresentamos os efeitos contábeis na Companhia decorrentes do fechamento da Operação, ocorrida em 2 de julho de 2021:

Efeitos nos investimentos da Companhia	
Eventos	R\$ mil
Aporte de capital em bens na FiBrasil pela Companhia (1)	229.961
Resultado da FiBrasil em 02/07/21 (2)	(1.789)
Investimento na FiBrasil em 02/07/21, antes das alienações	228.172
Custo da baixa pela alienação de participação acionária para a TEF Infra e CDPQ (3)	(124.144)
Investimento na FiBrasil em 02/07/21, após as alienações	94.028
Remensuração da variação da participação acionária (4)	80.400
Investimento na FiBrasil em 02/07/21 (closing)	174.428
Valor justo da remensuração da participação acionária da Companhia na FiBrasil (5)	41.095
Investimento na FiBrasil em 02/07/21 (após closing)	215.523

(1) Aporte de capital realizado pela Companhia com bens do ativo imobilizado e intangível, com a emissão de 1.199.900 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (notas 13 e 14).

(2) Equivalência patrimonial sobre o resultado negativo, decorrente de despesas operacionais, líquidas de imposto de renda e contribuição social.

(3) Baixa dos custos contábeis dos investimentos detidos pela Companhia na FiBrasil, sendo: (i) R\$95.817 referente à alienação de 499.999 ações para a TEF Infra; e (ii) R\$38.327 referente à alienação de 200.000 ações para o CDPQ.

(4) Remensuração da variação da participação acionária, decorrente da renúncia do direito de subscrição de ações pela Companhia, ocorrida na Operação. O cálculo desta variação foi realizado através da comparação da participação acionária atual sobre o patrimônio líquido da FiBrasil com o saldo contábil anterior do investimento. Este montante é isento de tributos.

(5) Refere-se à remensuração da parte retida no investimento ao seu valor justo, decorrente da perda de controle.

Efeitos no resultado da Companhia	
Eventos	R\$ mil
Valor justo da contraprestação pela alienação de investimento da Companhia para a TEF Infra e CDPQ (1)	659.440
Baixa pela alienação de investimento da Companhia para a TEF Infra e CDPQ (2)	(134.144)
Baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia (3)	(135.106)
Valor justo dos bônus de subscrição futuros pelo CDPQ (4)	58.138
Gastos relacionados diretamente à Operação (5)	(31.751)
Resultado operacional	416.577
Resultado da FiBrasil em 02/07/21	(1.789)
Remensuração da participação acionária da Companhia na FiBrasil (6)	80.400
Valor justo da remensuração da participação acionária da Companhia na FiBrasil (7)	41.095

Resultado antes dos tributos	536.283
Imposto de renda e contribuição social correntes (8)	(55.277)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (9)	(97.155)
Resultado líquido da Operação	383.851

(1) Refere-se às alienações de participação acionária da Companhia na FiBrasil, sendo: (i) 499.999 ações para a TEF Infra, a ser recebida em 4 parcelas, sendo a 1ª à vista e outras 3 parcelas anuais a vencer no mês de julho, até 2024; e (ii) 200.000 ações para o CDPQ, recebida à vista.

(2) Refere-se às baixas dos custos contábeis dos investimentos detidos pela Companhia na FiBrasil, referente à alienação de 499.999 ações para a TEF Infra e 200.000 ações para o CDPQ.

(3) Refere-se à baixa proporcional do ágio existente, comparando-se o valor das alienações com a parte retida da unidade geradora de caixa, mais o valor de venda e aplicados sobre o ágio existente.

(4) Refere-se ao valor justo da parcela da Companhia dos bônus de subscrições futuras, a serem realizadas pelo CDPQ na FiBrasil, à medida do atingimento de condições contratuais. Mensalmente, este valor é atualizado monetariamente.

(5) Refere-se aos gastos com consultorias, laudos, honorários relacionados diretamente à Operação.

(6) Refere-se à remensuração da variação da participação acionária, decorrente da renúncia do direito de subscrição de ações pela Companhia, ocorrida na Operação. O cálculo desta variação foi realizado através da comparação da participação acionária atual sobre o patrimônio líquido da FiBrasil com o saldo contábil anterior do investimento. Este montante é isento de tributos.

(7) Refere-se à remensuração da parte retida no investimento ao seu valor justo, decorrente da perda de controle.

(8) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social correntes apurados sobre o resultado líquido das alienações (valores das receitas, deduzidos dos custos das baixas dos investimentos, considerando a parcela dos recebimentos à vista).

(9) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre o resultado líquido das alienações (valores das receitas, deduzidos dos custos das baixas dos investimentos, considerando a parcela dos recebimentos a prazo), da baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos e do valor justo dos bônus de subscrição futuros pelo CDPQ.

O fechamento da Operação resultou em um impacto operacional positivo para a Companhia de R\$416.577 (nota 27) e um resultado positivo antes do imposto de renda e contribuição social de R\$536.283.

Com a conclusão da Operação em 2 de julho de 2021, o controle acionário da FiBrasil passou a ser de controle conjunto entre o Grupo CDPQ com 50% e a Telefônica 50% (25% para a Companhia e 25% para a TEF Infra).

d.2) *Alienação de participação acionária na Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil (“CloudCo Brasil”)*

Em 2 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações, por meio do qual a Companhia alienou parte das ações de sua titularidade e de emissão de sua controlada Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. (“CloudCo Brasil”), para a Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech, S.L. (“TC&CT”), controlada indireta da Telefônica S.A. (“Operação”) e uma empresa sediada na Espanha.

A Operação permite que a Companhia, em parceria com a TC&CT, desenvolva uma empresa brasileira dedicada em serviços e soluções de *cloud computing* para B2B, a Telefônica Brasil, visando alavancar posicionamento em serviços e soluções e capturar oportunidades de crescimento dos negócios.

Esta Operação não estava sujeita à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou de aprovações adicionais aquelas já obtidas por órgãos da Companhia e não alterou a estrutura acionária da Companhia nem causa qualquer diluição aos seus acionistas, gerando valor a estes através de aceleração do seu crescimento e aumento da eficiência operacional.

A Companhia adotou a aplicação da IFRS 10 / CPC 36 (R3) para os registros da Operação, que contém orientações sobre as contabilizações de mudanças na participação em controladas.

A seguir, apresentamos os efeitos contábeis na Companhia decorrentes do fechamento da Operação, ocorrida em 2 de agosto de 2021:

Efeitos nos investimentos da Companhia	
Eventos	R\$ mil
Aporte de capital em recursos pela Companhia (1)	28.000
Custo da baixa pela alienação de participação acionária para a TC&CT (2)	(5.683)
Resultado da CloudCo Brasil em 02/08/21	(5.523)
Remensuração da variação da participação acionária (3)	30.900
Investimento na CloudCo Brasil em 02/08/21, após o closing	47.694

(1) Aporte de capital realizado pela Companhia com recursos, com a emissão de 319.900 novas ações ordinárias.

(2) Baixa do custo contábil do investimento detido pela Companhia na CloudCo Brasil, apropriado em contrapartida a “Outras Reservas de Capital” (nota 24.b).

(3) Remensuração da variação da participação acionária decorrente dos aportes de capital realizados pela TC&CT na CloudCo Brasil, apropriado em contrapartida a “Outras Reservas de Capital” (nota 24.b).

Efeitos no Patrimônio Líquido da Companhia

Eventos	R\$ mil
Valor justo da contraprestação pela alienação de investimento da Companhia para a TC&CT (1)	19.260
Custo da baixa pela alienação de participação acionária para a TC&CT (2)	(5.683)
Imposto de renda e contribuição social correntes sobre ganho de capital pela alienação de participação acionária para a TC&CT	(4.616)
Remensuração da variação da participação acionária (3)	30.900
Baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia (4)	(12.871)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia	4.377
Efeito total no patrimônio líquido da Companhia, após o closing (nota 24.b)	31.367

(1) Refere-se à alienação de participação acionária da Companhia na CloudCo Brasil, referente a 64.949 ações ordinárias, recebida à vista na data do closing.

(2) Refere-se à baixa do custo contábil do investimento detidos pela Companhia na CloudCo Brasil.

(3) Remensuração da variação da participação acionária, decorrente dos aportes de capital realizados pela TC&CT na CloudCo Brasil.

(4) Refere-se à baixa proporcional do ágio existente, comparando-se o valor das alienações com a parte retida da unidade geradora de caixa, mais o valor de venda e aplicados sobre o ágio existente (nota 14).

Com a conclusão da Operação, a partir de 2 de agosto de 2021, a CloudCo Brasil passou a ser controlada pela Companhia com 50,01% de seu capital social (49,99% pela TC&CT). Desta forma, a relação entre a Companhia e a TC&CT no âmbito da CloudCo Brasil será regulada por um Acordo de Acionistas também celebrado nesta mesma data.

d.3) *Alienação de participação acionária na Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. (“IoTCo Brasil”)*

Em 1º de novembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações, por meio do qual a Companhia alienou parte das ações de sua titularidade e de emissão de sua controlada Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. (“IoTCo Brasil”) para a Telefônica IoT & Big Data Tech, S.A. (“Ti&BDT”), controlada indireta da Telefônica S.A. (“Operação”) e uma empresa sediada na Espanha.

A Operação permite que a Companhia, em parceria com a Ti&BDT, desenvolva uma empresa brasileira dedicada a serviços e soluções de *IoT e Big Data* para B2B, visando alavancar seu posicionamento com soluções e plataformas globais e capturar oportunidades de crescimento desses negócios.

A Operação não estava sujeita à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou de aprovações adicionais aquelas já obtidas de órgãos internos da Companhia e não alterou a estrutura acionária da Companhia nem causa qualquer diluição aos seus acionistas, gerando valor a estes através de aceleração do seu crescimento e aumento da eficiência operacional.

A Companhia adotou a aplicação da IFRS 10 / CPC 36 (R3) para os registros da Operação, que contém orientações sobre as contabilizações de mudanças na participação em controladas.

A seguir, apresentamos os efeitos contábeis na Companhia decorrentes do fechamento da Operação, ocorrida em 1º de novembro de 2021:

Efeitos nos investimentos da Companhia	
Eventos	R\$ mil
Remensuração da variação da participação acionária (1)	41.352
Investimento na IoTCo Brasil em 01/11/21, após o closing	41.352

(1) Remensuração da variação da participação acionária decorrente dos aportes de capital realizados pela Ti&BDT na IoTCo Brasil, apropriado em contrapartida a “Outras Reservas de Capital” (nota 24.b).

Efeitos no Patrimônio Líquido da Companhia

Eventos	R\$ mil
Valor justo da contraprestação pela alienação de investimento da Companhia para a Ti&BDT (1)	19
Imposto de renda e contribuição social correntes sobre ganho de capital pela alienação de participação acionária para a Ti&BDT	(6)
Remensuração da variação da participação acionária (2)	41.352
Baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia (3)	(10.184)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia	3.465
Efeito total no patrimônio líquido da Companhia, após o closing	34.644

(1) Refere-se à alienação da participação acionária da Companhia na IoTCo Brasil, referente a 100 ações, recebida à vista na data do closing.

(2) Remensuração da variação da participação acionária, decorrente dos aportes de capital realizados pela Ti&BDT na IoTCo Brasil.

(3) Refere-se à baixa proporcional do ágio existente, comparando-se o valor das alienações com a parte retida da unidade geradora de caixa, mais o valor de venda e aplicados sobre o ágio existente (nota 14).

Com a conclusão da Operação, a partir de 1º de novembro de 2021, a IoTCo Brasil passou a ser controlada pela Companhia com 50,01% de seu capital social (49,99% pela Ti&BDT). Desta forma, a relação entre a Companhia e a Ti&BDT no âmbito da IoTCo Brasil será regulada por um Acordo de Acionistas também celebrado nesta mesma data.

d.4) *Constituição de Joint-Venture de Educação Digital*

Em 8 de abril de 2022 a Companhia e a Ânima Holding S.A. (“Ânima Educação”) formalizaram a criação da VivaE Educação Digital S.A., *joint-venture* na área de educação digital. Nesta mesma data, após o cumprimento de determinadas condições precedentes (incluindo a aprovação da operação, com trânsito em julgado, pelo CADE), foram celebrados documentos societários e acordos comerciais para início da operação da *joint-venture*, que oferecerá cursos livres de capacitação com foco em educação continuada e empregabilidade em áreas como, por exemplo, Tecnologia, Gestão, Negócios e Turismo, ofertando aos seus clientes trilhas personalizadas, com conteúdo atual e aderente à demanda do mercado de trabalho contemporâneo, tudo por meio de uma plataforma digital de educação. Ao associar o *know-how* da Ânima Educação em fornecer cursos na modalidade digital à capacidade de distribuição em escala da Companhia, a *joint-venture* tem o objetivo de alavancar o mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento e melhoria da condição de vida dos seus estudantes.

A *joint-venture* foi constituída em 8 de abril de 2022, com a participação societária de 50% pela Companhia e 50% pela Ânima Educação. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia e a Ânima Educação realizaram aportes de R\$10.000 cada.

d.5) *Constituição do Fundo Vivo Ventures*

Em 11 de abril de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a constituição de um fundo de *Corporate Venture Capital*, em conjunto com a *Telefônica Open Innovation*, S.L. (Unipersonal) (“*Telefônica Open Innovation*”), denominado Vivo Ventures (“VV”), que tem por objetivo investir em *startups* focadas em soluções inovadoras e que possam acelerar o crescimento do ecossistema B2C da Companhia. O VV prevê um aporte estimado de R\$320 milhões, que serão investidos ao longo de seus 5 primeiros anos, em *startups* nas áreas de saúde, finanças, educação, entretenimento, casa inteligente, *marketplace*, dentre outros. A Companhia é titular de 98% do capital subscrito do VV e a *Telefônica Open Innovation* de 2%. Por meio do VV, a Companhia pretende fomentar a expansão de seu ecossistema digital mediante a criação de parcerias significativas com *startups*, contribuindo para complementar a proposta de valor oferecida a seus clientes através de serviços e produtos inovadores, com foco no propósito de digitalizar para aproximar, alavancando-se em sua extensiva cadeia de distribuição e no potencial da marca Vivo. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia e a *Telefônica Open Innovation* realizaram aportes de R\$21.068 no VV, sendo R\$20.647 pela Companhia e R\$421 pela *Telefônica Open Innovation*.

Em 26 de agosto de 2022, a VV celebrou um *Convertible Note Agreement*, contrato de investimento de US\$3 milhões com a *Credit Vista Technologies Limited*, sociedade *holding* da Credit Vista Tecnologia para Finanças Pessoais EIRELI (“Klavi”). O investimento ocorreu por meio da aquisição de notas promissórias convertíveis em participação acionária. A Klavi é uma *fintech* que oferece soluções de *open finance* através de uma plataforma SaaS (*software as a service*), utilizando inteligência de dados que permite aos clientes o desenvolvimento de produtos e serviços financeiros com mais rapidez e precisão.

d.6) *Aquisição de parte da UPI Ativos Móveis da Oi (Combinação de Negócios)*

A Companhia, na forma e para os fins da Resolução CVM nº 44/2021, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que, em 20 de abril de 2022, a Companhia, como uma das compradoras, e a Oi S.A. - Em Recuperação Judicial (sucessora por incorporação da Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial) (“Oi”) como vendedora, efetivou a aquisição objeto do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, celebrado em 28 de janeiro de 2021, conforme aditado (“Contrato”), por meio do qual a Companhia adquiriu a totalidade das ações de emissão da sociedade denominada Garliava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. (“Garliava”), para a qual foi constituída a parcela da UPI Ativos Móveis atribuída à Companhia no âmbito do Plano de Segregação e Divisão anexo ao Contrato (“UPI Ativos Móveis - Telefônica”).

Esta aquisição estava sujeita à obtenção das autorizações societárias e regulatórias aplicáveis, incluindo a ANATEL e o CADE. Em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL concedeu anuência prévia mediante imposição de condicionantes (“Atos de Anuência”) para as operações contempladas no Contrato. Em 9 de fevereiro de 2022, o CADE aprovou, de forma condicionada à implementação de Acordo em Controle de Concentrações (“ACC” e “Aprovação CADE”, respectivamente), o ato de concentração nº 08700.000726/2021-08 submetido à sua apreciação em razão da celebração do Contrato.

Em 20 de abril de 2022, a Companhia efetuou um pagamento de R\$4.884.588, tendo retido o montante de R\$488.458, equivalente a 10% deste pagamento, sujeito a indenização por 100% do CDI desde a data da aquisição, para fins de garantir eventuais compensações de valores decorrentes de ajuste de preço pós-fechamento e de atualização decorrente de atos remanescentes a serem praticados após o fechamento nos termos do Contrato.

Ao preço de aquisição, foram acrescidos os seguintes valores devidos à Oi: (i) R\$110.205, condicionado ao atingimento de determinadas metas de migração de bases de clientes e frequências (dentre outros), com previsão de pagamento nos próximos 12 meses. Este montante, conforme previsto no Contrato, está sujeito à atualização por 100% do CDI desde a data da aquisição até a data de pagamento; e (ii) R\$8.333, referente aos custos rescisórios incorridos pela Oi com o desligamento de determinados empregados da Oi relativos à UPI Ativos Móveis.

Desta forma, o montante total da contraprestação transferida pela aquisição da parcela da UPI Ativos Móveis, ainda sujeito a ajustes, conforme condições definidas em Contrato, é composto da seguinte forma:

Contraprestação em dinheiro pela aquisição	4.884.588
Retenção de 10% sobre o valor pago pela aquisição (nota 21)	488.458
Preço de aquisição, conforme o contrato	5.373.046
Contraprestação contingente (nota 21)	110.205
Custos rescisórios (nota 21)	8.333
Contraprestação total transferida	5.491.584

Além disso, a Companhia assinou outros compromissos de pagamentos complementares para a Oi, conforme segue:

- R\$147.551, pagos integralmente em 20 de abril de 2022 pela Garliava à Oi, referente aos serviços de transação a serem prestados por até 12 meses, necessários à continuidade da operação do negócio de telefonia móvel conferido à Garliava, já refletida a retirada, do escopo do contrato, de custos relacionados a determinados serviços de transação.
- R\$179.000, referente ao valor presente líquido do contrato de capacidade de transmissão de dados na modalidade *take-or-pay*, a ser pago mensalmente, durante o período de 10 anos.

No contexto desta aquisição, coube à Companhia o conjunto de ativos que compõe parcela da UPI Ativos Móveis, composto de: (i) Clientes: aproximadamente 12,5 milhões (correspondendo a aproximadamente 30% da base total de clientes da UPI Ativos Móveis) - de acordo com a base de acessos da ANATEL de fevereiro de 2022; (ii) Espectros (licenças): 43MHz como média nacional ponderada pela população (46% das radiofrequências da UPI Ativos Móveis); e (iii) Infraestrutura: contratos de uso de 2,7 mil sites de acesso móvel (correspondendo a 19% do total de sites da UPI Ativos Móveis).

Esta transação traz benefícios ao setor de telecomunicações do Brasil, ampliando a capacidade de realização de investimentos e criação de inovações tecnológicas de maneira sustentável e racional, contribuindo para a digitalização do país através da construção e expansão de redes em tecnologias de ponta, como 5G e fibra, o que se traduz em serviços com melhor cobertura e qualidade aos usuários.

Além disso, a transação tem o potencial de gerar sinergias para a Companhia, por meio da otimização de custos operacionais e alocação eficiente de investimentos em função da integração dos ativos incorporados.

Com a conclusão da aquisição, a partir de 20 de abril de 2022, a Companhia passou a ser a controladora direta da Garliava. A Garliava tem sede no Brasil e atua na prestação de serviços de telecomunicações, especialmente, SMP e SCM; na prestação de serviços de manutenção e instalação de infraestrutura e rede e locação de meios físicos, inclusive para colocação de equipamentos; no comércio varejista e atacadista especializado de bens e/ou serviços, próprios e de terceiros, de equipamentos de telecomunicações, comunicação, informática e outros, por qualquer meio, inclusive mediante a exploração de quaisquer canais de vendas físicos e/ou remotos, tais como lojas próprias e de terceiros, porta a porta, telefone (*telemarketing*) e *internet*, entre outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social. De acordo com o IFRS 3 (R) / CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Na data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Companhia já havia concluído o laudo para alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation - PPA*), mediante a análise da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da Garliava. As premissas, julgamentos críticos, métodos e hipóteses utilizados pela Companhia para a determinação desses valores justos foram os seguintes:

Licenças

O valor justo das licenças foi determinado através do método do fluxo de caixa descontado da Abordagem da Renda, que considera a capacidade de formação de renda do ativo identificado ou negócio. A premissa desta abordagem é que o valor de um ativo ou negócio pode ser medido pelo valor presente do benefício econômico líquido (recebimentos de caixa menos despesas de caixa) a ser recebido ao longo de sua vida útil. O valor justo allocated às licenças na data de aquisição foi de R\$2.518.836, o qual está sendo amortizado contabilmente pelo prazo médio de 10,08 anos, variando de 5 anos até 15 anos.

As principais premissas utilizadas na avaliação das licenças foram: (i) Receitas: tem como base o número de clientes existentes ativos migrados da Oi para a Garliava, bem como a receita média por usuário (“ARPU”), tendo sido considerada uma estimativa de perda de clientes anual de 9% ao ano, em média; (ii) Custos e Despesas: foram projetados de acordo com dados históricos obtidos pela Companhia e as expectativas de normalização da margem operacional no longo prazo. As projeções tiveram como base os percentuais fixos e variáveis das despesas, ajustando a parcela fixa de acordo com a inflação e a variável de acordo com a receita; (iii) Margem Ebitda: variam entre 35,3% em 2022 e 54,5% em 2030. Os ganhos de margem observados se devem a ganhos de escala da operação, melhorias de eficiência, de sinergias operacionais a serem realizadas, pela junção das operações da Garliava dentro da Companhia; (iv) Depreciação: representa em média 9,2% da receita operacional líquida; Alíquota de imposto: 34%, conforme a legislação tributária brasileira; e (v) Taxa de desconto após impostos: 12,4%.

Carteira de clientes

A carteira de clientes foi avaliada pelo método MEEM (“*Multi-period Excess Earnings Method*”), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em seu geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise da duração média das relações com os clientes utilizando-se de um método de taxa de retirada.

O objetivo dessa análise de vida é estimar uma curva de substância que preveja os perfis de rotatividade futuros associados à atual base de clientes. Como aproximação da curva de substância dos clientes, foram consideradas as denominadas “curvas de *Iow*”. O valor justo allocated à carteira de clientes na data de aquisição foi de R\$96.195, o qual será amortizado linearmente, conforme a vida útil de cada tipologia de cliente, pelo prazo médio de 6,60 anos, variando de 5 anos até 8 anos.

As principais premissas utilizadas na avaliação da carteira de clientes foram: (i) Clientes: foram avaliados 5 relacionamentos com clientes, sendo eles: B2C pré-pago, B2C pós-pago, B2C Controlado, B2B pós-pago e B2B M2M; (ii) Receita: tem como base o número de clientes existentes por tipo, migrados da Oi para a Garliava, bem como o ARPU cobrado pela prestação do serviço. Na projeção da receita foi considerada uma estimativa de perda de clientes anual, e estabilidade no ARPU; (iii) Taxa de churn: foi calculado com base no percentual histórico da saída de clientes, variando de 26,8% a 50,2%; (iv) Custos e despesas: foram projetados de acordo com dados históricos obtidos pela Companhia e as expectativas de normalização da margem operacional no longo prazo e sinergias operacionais a serem realizadas pela junção das operações da Garliava dentro da Companhia. As projeções tiveram como base os percentuais fixos e variáveis das despesas, ajustando a parcela fixa de acordo com a inflação e a variável de acordo com a receita, tendo sido considerado um *add-back* de 97% das despesas de *marketing*, para refletir a exclusão de despesas relacionadas à obtenção de novos clientes, baseados em padrões de mercado; (v) Alíquota de imposto: 34%, conforme a legislação tributária brasileira; e (vi) taxa de desconto após impostos: 12,4%.

Passivo Contingente

De acordo com o IFRS 3(R) / CPC 15 (R1) Combinação de Negócios, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação, desde que seja uma obrigação presente que surge de eventos passados e seu valor justo possa ser mensurado com confiabilidade. Atendendo-se os requerimentos anteriores, foi reconhecido nesta aquisição, passivos contingentes a valor justo de R\$453.697, os quais foram determinados com base na saída de caixa estimada para sua liquidação na data de aquisição. Apresentamos a seguir, a composição do valor justo dos ativos líquidos adquiridos no montante de R\$2.092.605, bem como o ágio gerado na data da aquisição:

Ativo circulante	542.289	Passivo circulante	1.157.474
Caixa e equivalentes de caixa	64.056	Fornecedores	120.626
Contas a receber	371.328	Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.494
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	9.988	Impostos, taxas e contribuições	201.635
Despesas antecipadas	96.917	Arrendamentos	107.590
		Provisões	655.827
Ativo não circulante	3.647.190	Receitas diferidas	35.347
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	1.798	Outras obrigações	34.995
Imposto de renda e contribuição social diferidos (4)	218.670		
Despesas antecipadas	43.795	Passivo não circulante	935.131
Imobilizado (1)	674.166	Arrendamentos	481.434
Intangível (2)	2.708.761	Provisões (3)	453.697
Valor justo dos ativos adquiridos	4.189.479	Valor justo dos passivos assumidos	2.092.605
		Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	2.096.874
		Ágio (5)	3.394.710
		Contraprestação total transferida	5.491.584

continuação



Telefônica Brasil S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

f) Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e suas controladas é prover a seus clientes serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

g) Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem.

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, exceto pelas mudanças exigidas pelos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, aprovados pela *International Accounting Standards Board* (IASB), que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme segue:

- **IAS 16 - Ativo imobilizado:** A alteração probe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.
- **IFRS 3 - Combinação de Negócios - Alterações nas referências à Estrutura Conceitual:** As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao processo de reconhecimento da IFRS 3/CPC 15 para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.
- **IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Contratos onerosos:** Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a entidade não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e uma alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.
- **IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros:** A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

A adoção dessas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período inicial de adoção (1º de janeiro de 2022).

Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações do IASB, aplicáveis ao CPC

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, caso aplicável, quando entrarem em vigor.

- **Alteração da norma IAS 12 - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:** Em maio de 2021, o IASB divulgou alterações ao IAS 12, que restringe o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis adequadas a rendimentos e obrigações de desmantelamento. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2023.
- **Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações no IAS 1 (norma correlata ao CPC 26), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.
- **Alterações ao IAS 8 - Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativas contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicadas para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

As alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 Making Materiality Judgements fornecem guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia estima que a adoção dessas normas e alterações não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período inicial de adoção (1º de janeiro de 2023).

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

h) Estimativas e julgamentos contábeis críticos
A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As estimativas e julgamentos significativos e relevantes, aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentados nas seguintes notas explicativas: contas a receber (nota 5); imposto de renda e contribuição social (nota 8); imobilizado (nota 13); intangível (nota 14); provisões e contingências (nota 20); receita operacional líquida (nota 25); planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 31); e instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos (nota 32).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Política contábil

São ativos financeiros, mensurados ao custo amortizado, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações.

b) Composição

	Controladora	Consolidado
	31.12.22	31.12.21
Caixa e contas bancárias (1)	52.145	98.937
Aplicações financeiras (2)	1.306.916	6.088.423
Total	1.359.061	6.187.360

(1) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos da controladora e consolidado incluíam os montantes de R\$10.576 e R\$66.682, respectivamente, referente a *Financial Clearing House*, com uma empresa do Grupo Telefônica (nota 29).

(2) As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseadas na variação da taxa do CDI com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração média destas aplicações financeiras correspondia a 106,17% do CDI (100,17% em 31 de dezembro de 2021).

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Política contábil

São ativos financeiros, mensurados ao custo amortizado, sujeitos a um significativo risco de mudança de valor, não enquadrados como caixa e equivalentes de caixa.

b) Composição

	Controladora	Consolidado
	31.12.22	31.12.21
Fundo de investimentos - FDIC (1)	1.016	30.109
Garantia a processos judiciais (2)	43.295	37.044
Total	44.311	67.153

(1) Referem-se a valores de aplicações financeiras em cotas seniores do FOR-TE Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

(2) Referem-se a valores de aplicações financeiras em garantias a processos judiciais (nota 20).

5. CONTAS A RECEBER

a) Política contábil

São ativos financeiros mensurados, no momento inicial pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado e estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados ou das mercadorias vendidas de acordo com as condições contratuais, líquido das perdas estimadas para redução ao valor recuperável. Inclui os serviços prestados que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, *simcards*, acessórios, publicidade e locação de equipamentos de informática (produto "Vivo TECH") e direitos creditórios do FIDC Vivo Money.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia e suas controladas acreditem que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados podem ser diferentes.

c) Composição

	Controladora	Consolidado
	31.12.22	31.12.21
Serviços e mercadorias (1)	10.176.667	9.884.807
Valores de interconexão (2)	701.339	697.462
FIDC Vivo Money	-	158.259
Partes relacionadas (nota 29)	196.332	94.133
Contas a receber, bruto	11.074.338	10.676.402
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(2.281.581)	(2.141.423)
Contas a receber, líquido	8.792.757	8.534.979

(1) Os montantes consolidados incluem R\$2.339.241 e R\$2.304.402 a faturar aos clientes em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Inclui também os montantes dos ativos contratuais (nota 25.a), demonstrados no item d), desta nota.

(2) Refere-se a valores faturados de outras operadoras de telecomunicações. Os saldos não circulantes das contas a receber incluem:

6. ESTOQUES

a) Política contábil

São avaliados e demonstrados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Incluem materiais para revenda como aparelhos celulares, *simcards*, acessórios, materiais de consumo e manutenção. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda.

As perdas estimadas para redução ao valor realizável são constituídas para os materiais e aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas em um período razoável. Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques, são reconhecidos no resultado e foram incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 26).

b) Composição

	Controladora	Consolidado
	31.12.22	31.12.21
Materiais para revenda	765.097	575.059
Materiais para consumo	34.712	65.282
Outros estoques	45.906	38.153
Estoque, bruto	845.715	678.494
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência	(62.674)	(45.980)
Estoque, líquido	783.041	632.514

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora	Consolidado
	31.12.22	31.12.21
Custos incrementais na obtenção de contrato com clientes	1.386.568	766.730
Manutenção de software e redes	191.073	145.234
Propaganda e publicidade	191.366	215.508
Pessoal	76.161	70.173
Estóques financeiros	37.585	38.251
Aluguéis	35.336	43.465
Seguros	12.298	14.708
Satélites e links	12.360	148.113
Outras despesas antecipadas	18.882	24.867
Total	1.961.629	1.447.049

Circulante 983.500 1.004.786 1.141.521 1.006.425
Não circulante 978.121 442.263 993.391 442.268

Os custos incrementais na obtenção de contratos com clientes são substancialmente representados por comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15 / CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico a ser gerado, usualmente de 2 a 6 anos.

A seguir, apresentamos a movimentação dos custos incrementais na obtenção de contratos com clientes:

	Controladora	Consolidado
	31.12.22	31.12.21
Ingressos	1.386.568	766.730
Baixas (amortizações)	191.073	145.234
Saldo em 31.12.21	1.961.629	1.447.049

Ingressos 983.500 1.004.786 1.141.521 1.006.425
Combinação de negócios - Garliava (nota 2.d) 978.121 442.263 993.391 442.268

Saldo em 31.12.22 983.500 1.004.786 1.141.521 1.006.425

Saldo em 31.12.21 978.121 442.263 993.391 442.268

Os custos incrementais na obtenção de contratos com clientes são substancialmente representados por comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15 / CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico a ser gerado, usualmente de 2 a 6 anos.

A seguir, apresentamos a movimentação dos custos incrementais na obtenção de contratos com clientes:

	Controladora	Consolidado
	31.12.22	31.12.21
Ingressos	1.386.568	766.730
Baixas (amortizações)	191.073	145.234
Saldo em 31.12.21	1.961.629	1.447.049

Ingressos 983.500 1.004.786 1.141.521 1.006.425
Combinação de negócios - Garliava (nota 2.d) 978.121 442.263 993.391 442.268

Saldo em 31.12.22 983.500 1.004.786 1.141.521 1.006.425

Saldo em 31.12.21 978.121 442.263 993.391 442.268

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Política contábil

a.1) **Tributos correntes**
Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

a.2) **Tributos diferidos**
Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ativo não dedutível ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária e que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Tributos diferidos ativos e passivos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

b) Estimativas e julgamentos críticos
Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas, para eventuais consequências de interpretação divergente por parte das autoridades fiscais. O valor de tais provisões baseia-se em vários fatores, como experiências de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade de geração de lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia e suas controladas, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os saldos fiscais.

	Controladora	Consolidado
	31.12.22	31.12.21
Imposto de renda	507.174	341.078
Contribuição social	67.110	38.364
Total	574.284	379.442

Circulante 574.284 379.442 622.460 382.386
Não circulante - 2.692 - 2.692

d) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Controladora	Consolidado
	31.12.22	31.12.21
Imposto de renda	78.650	74.077
Contribuição social	25.788	23.591
Total	104.438	97.668

Circulante 104.438 97.668 3.064 3.068
Não circulante - - 104.438 97.668

Os montantes não circulantes da controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, referem-se aos tributos enquadrados na IFRIC 23 - Incertezas sobre Tratamentos de Imposto de Renda (nota 8.g).

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos
e.1) **Composição de movimentação**

A seguir, apresentamos a composição e a movimentação dos principais componentes do imposto de renda ("IR") e da contribuição social ("CS") diferidos.

	Controladora	Consolidado
	31.12.22	31.12.21
Saldo em 31.12.21	7.760.401	80.828
Transações de capital (3)	133.913	29.355
Total	7.894.314	110.183

Circulante 7.894.314 110.183 3.064 3.068
Não circulante - - 104.438 97.668

Os montantes não

continuação



Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.2) Créditos tributários não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2022, não foram reconhecidos créditos diferidos ativos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) no livro contábil das controladas (POP, Recicla V, TLog e TIS) no montante de R\$75.003 (R\$71.126 em 31 de dezembro de 2021), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização deles.

e.3) Expectativa de realização

A seguir, apresentamos os prazos de expectativa para as realizações dos tributos diferidos líquidos, baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro.

Ano	Controladora	Consolidado
2023	2.305.885	2.501.398
2024	505.543	526.633
2025	532.463	554.113
2026	408.625	416.615
2027	355.838	359.894
2028 em diante	(7.940.075)	(7.811.281)
Total	(3.831.721)	(3.452.628)

f) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

A seguir apresentamos a reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes dos tributos	4.740.173	5.919.502	4.831.591	5.959.529
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(1.611.659)	(2.012.631)	(1.642.741)	(2.026.240)
Diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial	(7.902)	52.612	(8.072)	39.869
Juros sobre o capital próprio prescritos	(56.935)	(38.311)	(56.933)	(38.311)
Despesas indutíveis, brindes e incentivos	(83.991)	(86.609)	(84.844)	(87.115)
Benefício fiscal sobre os juros sobre o capital próprio destinados	705.500	929.900	705.500	929.900
Reconhecimento de prejuízo fiscal e base negativa da CSL (atualização SELIC de indêbitos) (1)	-	1.407.523	-	1.407.523
IR e CS sobre juros atualização SELIC de indêbitos (1)	277.424	-	277.424	-
Outras exclusões	122.401	67.378	35.977	44.202
Créditos (débito) tributário	(655.160)	319.862	(773.689)	269.829
Taxa efetiva	13,8%	-5,4%	16,0%	-4,5%
IR e CS correntes	(969.892)	(50.471)	(1.126.498)	(84.661)
IR e CS diferidos	314.732	370.333	352.809	354.489

(1) Em 8 de julho de 2020, a Companhia impetrou Mandado de Segurança nº 5012373-88.2020.4.03.6100 com o objetivo da concessão de segurança para reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do STF julgou, sob a sistemática virtual, o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito tributário, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança citado anteriormente. Neste julgamento, foi acolhida, por unanimidade de votos, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 30 de setembro de 2021, foi publicada a Ata de Julgamento e, em 16 de dezembro de 2021, foi publicada a íntegra da decisão.

Considerando os efeitos da repercussão geral, a Companhia realizou uma avaliação que consistiu na capacidade de demonstrar e testar a recuperabilidade do ativo fiscal diferido e para isso se fez necessário reprocessar apurções de anos anteriores de prejuízos fiscais e, consequentemente, a elaboração de projeções futuras de rentabilidade/lucratividade do negócio. Em decorrência destas avaliações, em 2021 a Companhia reconheceu o montante de R\$1.407.523, sendo R\$1.405.565 nos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos e R\$1.958 nos ativos de imposto de renda e contribuição social a recuperar em contrapartida a um crédito no resultado de imposto de renda e contribuição social. Para 2022, em decorrência do trânsito em julgado de acórdão favorável ao pleito formulado, certificado nos autos em 27 de agosto de 2022, a Companhia já vem realizando a exclusão da atualização SELIC sobre indêbitos tributários na base do IRPJ e da CSLL.

g) Incertezas sobre o tratamento de imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas possuem diversas atuações lavradas pela Receita Federal do Brasil ("RFB") por deduções supostamente indevidas de despesas, principalmente relacionadas à amortização de ágio, em diversas instâncias administrativas e no judiciário, no montante consolidado de R\$29.882.262 em 31 de dezembro de 2022 (R\$18.176.115 em 31 de dezembro de 2021). O montante de 31 de dezembro de 2022, inclui R\$10.744.063, referente a um novo auto de infração contra a Companhia para cobrança de IRPJ e CSLL relacionados à amortização de ágio, lavrado pela RFB em 31 de janeiro de 2023. A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que grande parte dessas deduções serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceitação superior a 50%).

Deste montante, para os tratamentos fiscais em que a Companhia e suas controladas entendem que a probabilidade de aceitação por parte da autoridade fiscal é inferior a 50%, foi reconhecido passivo não circulante de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$104.438 em 31 de dezembro de 2022 (R\$97.668 em 31 de dezembro de 2021), em relação a essas ações. Essas ações envolvem compensações de pagamento a maior de imposto de renda e contribuição social não homologadas pela RFB.

9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
ICMS (1)	2.171.962	2.893.823	2.181.377	2.895.375
PIS e COFINS (2)	956.651	1.881.357	981.848	1.885.486
Impostos e contribuições retidos na fonte (3)	127.202	152.532	140.686	156.322
Fistel, INSS, ISS e outros tributos	133.701	117.564	136.719	119.858
Total	3.389.516	5.045.276	3.440.630	5.057.041
Circulante	2.528.119	3.704.407	2.571.170	3.716.169
Não circulante	861.397	1.340.869	869.460	1.340.872

(1) Refere-se aos créditos de ICMS gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado (compensação em 48 meses) e em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para facturas que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros. Os montantes não circulantes consolidados incluem créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado de R\$626.636 e R\$578.290 em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

(2) Em 13 de maio de 2021, o STF proferiu decisão favorável para o Leading Case RE 574706 em relação ao reconhecimento do direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS. Em decorrência desta decisão, a Companhia reconheceu em 2021 um crédito no montante de R\$2.269.391 referente a dois processos que posteriormente transitarão em julgado em 25 de junho de 2021 e em 27 de maio de 2022. Os referidos processos já foram habilitados junto à Receita Federal e a Companhia já está efetuando a sua compensação (notas 27 e 28).

Adicionalmente, a Companhia possui um outro processo judicial transitado em julgado em 2018 para o qual reconheceu anteriormente o crédito referente ao período de julho de 2002 a julho de 2014. A parcela remanescente deste processo, relativa ao período de abril de 1998 a junho de 2002 não foi reconhecida naquele momento, pois a Companhia julgou tratar-se de um ativo contingente e, portanto, não atingiu os parâmetros para seu reconhecimento contábil. Em agosto de 2022, com base na evolução em decisões mais recentes proferidas pelo STF sobre um Leading Case que poderia impactar o processo em questão, a Companhia, suportada por pareceres de seus consultores jurídicos, concluiu que o referido processo atinge o status de recuperabilidade líquida e certa e portanto teria direito ao reconhecimento contábil da parcela remanescente do crédito, no montante de R\$1.145.658 o qual foi reconhecido em 2022. Ainda em 2022, após a homologação do crédito junto à Receita Federal do Brasil, a Companhia iniciou a compensação do referido crédito.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo pendente de compensação dos processos acima mencionados registrados no ativo circulante montam a R\$786.857 (R\$1.579.117, em 31 de dezembro de 2021).

(3) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

10. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou para suspensão da exigibilidade do crédito tributário, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão.

Os depósitos judiciais são registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Depósitos judiciais				
Tributário	1.390.925	1.348.778	1.558.762	1.505.103
Cível	1.378.240	833.894	1.379.698	836.043
Trabalhista	108.188	175.136	117.825	180.443
Regulatório	303.274	283.933	303.274	283.933
Total	3.180.627	2.641.741	3.359.559	2.805.522
Bloqueios judiciais	22.287	24.556	23.428	25.656
Total	3.202.914	2.666.297	3.382.987	2.831.178
Circulante (1)	591.275	105.876	592.369	106.963
Não circulante	2.611.639	2.560.421	2.790.618	2.724.215

(1) Os montantes de 31 de dezembro de 2022, incluem o depósito judicial atualizado de R\$522.297 (R\$515.565, em 20 de outubro de 2022), para atender a decisão liminar do 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, relativo à aquisição da Garliava (nota 2.d).

A seguir, apresentamos a composição dos saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 dos depósitos judiciais tributários (classificados por tributo).

	Consolidado	31.12.21
Tributos	31.12.22	31.12.21
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST") (1)	564.261	535.118
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS") (2)	389.003	358.916
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE") (3)	309.329	294.724
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") (4)	41.014	76.832
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") (5)	57.112	54.072
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL") (6)	50.399	47.713
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") (7)	47.336	44.889
Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("INSS") (8)	22.378	20.837
Outros impostos, taxas e contribuições	72.920	72.920
Total	1.558.762	1.505.103

(1) A Companhia e/ou controladas ingressaram com mandado de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não inclusão das despesas e receitas de interconexão e de exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/2000. Os valores relativos às despesas de interconexão e de exploração industrial de linha dedicada estão depositados.

(2) A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ICMS em operações com recolhimento por estimativa; (ii) ICMS FIECP; (iii) direito ao crédito de ICMS na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e de energia elétrica; (iv) ICMS sobre valores dados a título de descontos e (v) consignação em pagamento dos valores de ICMS referentes a parte das operações de TV por assinatura.

(3) A Companhia possui discussões judiciais cujo objeto visa afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e softwares etc.

11. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Créditos com partes relacionadas (nota 29) (1)	409.853	551.257	434.229	666.288
Alienação de imóveis e outros valores a receber	141.480	230.486	141.480	230.486
Adiantamentos a empregados e fornecedores	72.425	72.578	120.914	79.850
Bônus de subscrição (nota 2.d)	56.409	60.192	56.409	60.192
Superávit de planos de benefícios pós-emprego (nota 31) (2)	4.135	95.107	4.161	95.151
Outros valores a realizar	53.801	30.719	56.316	31.050
Total	738.113	1.040.339	813.509	1.163.017
Circulante	428.891	530.425	487.201	623.088
Não circulante	309.222	509.914	326.308	539.929

(1) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, inclui os montantes de R\$355.705 e R\$559.499, respectivamente, referente às operações de alienação de FIBrasil, CloudCo Brasil e IoTCo Brasil, ocorridas em 2021 (nota 2.d).

(2) Em 31 de dezembro de 2021, inclui o montante de R\$90.538, respectivamente, referente à distribuição do superávit do PBS-A.

12. INVESTIMENTOS

a) Política contábil

A Companhia e suas controladas detêm investimentos em empresas controladas e de controle conjunto, além de combinações de negócios.

a.1) Controladas

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à investida e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: (i) poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); (ii) exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de uma investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: (i) o acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; (ii) direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e (iii) os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia. A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais destes três elementos de controle anteriormente mencionados.

a.2) Controle Conjunto

Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

As variações cambiais do patrimônio líquido da Aliança (controle conjunto) são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes ("Efeitos da conversão de investimentos no exterior", nota 24.e).

a.3) Geral (Controladas e Controle Conjunto)

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações patrimoniais após a aquisição da participação societária. A reconhecida dos resultados reflete a parcela dos resultados das operações das investidas.

Quando uma mudança for diretamente demonstrada no patrimônio líquido da investida, a Companhia reconhece sua parcela nas variações patrimoniais ocorridas e divulga esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre estes investimentos. A Companhia determina, em cada data do encerramento do exercício social, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração dos resultados.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as investidas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das investidas no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

a.4) Combinações de Negócios

De acordo com o IFRS 3 (R) / CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos. Para as informações consolidadas, os montantes dos valores justos e ágio são alocados conforme suas naturezas.

b) Informações das investidas

A seguir, apresentamos informações resumidas sobre as controladas diretas e de controle conjunto da Companhia:

Investidas	Participação	Investimento	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Resultado
Terra Networks (1)	100,00%	Controlada	586.975	423.060	163.915	380.803	61.686
TGLog	100,00%	Controlada	69.410	52.145	17.265	122.562	5.776
POP (2)	100,00%	Controlada	133.979	59.411	74.568	5.363	4.746
Vivo Money	100,00%	Controlada	181.323	54	181.269	35.539	11.496
CloudCo Brasil	100,00%	Controlada	1.609.107	1.544.152	64.955	1.117.232	6.542
IoTCo Brasil	98,00%	Controlada	20.749	224	20.525	-	(543)
CloudCo Brasil	50,01%	Controlada	358.955	337.380	21.575	645.204	(55.192)
IoTCo Brasil	50,01%	Controlada	124.912	43.075	81.837	56.046	(98.192)
Aliança	50,00%	Controle conjunto	242.652	305	242.347	-	912
AIX	50,00%	Controle conjunto	51.733	32.548	19.185	65.681	178
ACT	50,00%	Controle conjunto	44	3	41	104	3
VIVAE	50,00%	Controle conjunto	18.842	1.694	17.148	-	(2.852)
FIBrasil	25,01%	Controle conjunto	1.881.965	1.195.384	686.581	176.660	(94.384)

Investidas	Participação	Investimento	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Resultado
Terra Networks (1)	100,00%	Controlada	447.112	291.592	155.520	355.345	49.584
TGLog	100,00%	Controlada	54.539	40.968	13.571	87.701	431
POP (2)	100,00%	Controlada	125.001	55.179	69.822	10.381	2.045
Vivo Money	100,00%	Controlada	32.908	135	3		

continuação



Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

d) Taxas de depreciação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia realizou com o auxílio de empresa especializada, avaliações das vidas úteis aplicadas em seus ativos imobilizados por meio do método comparativo direto de dados do mercado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os trabalhos indicaram a necessidade de alterações na vida útil e taxas anuais de depreciação de alguns itens das classes de ativos. Essas alterações na estimativa contábil, reduziram a despesa de depreciação em R\$929.464 em 2022. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os trabalhos não indicaram a necessidade de alterações na vida útil e taxas anuais de depreciação.

A seguir, apresentamos um quadro das taxas anuais de depreciação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, exceto para os ativos de arrendamentos, que estão apresentados na nota 13.e.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Equipamentos de comutação e transmissão	2,50% a 14,29%	2,50% a 14,29%	2,50% a 14,29%	2,50% a 14,29%
Equipamentos terminais	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%
Equipamentos em comodato (aparelhos celulares e modems)	20,00% a 50,00%	25,00% a 50,00%	20,00% a 50,00%	25,00% a 50,00%
Infraestrutura	2,50% a 20,00%	2,50% a 20,00%	2,50% a 20,00%	2,50% a 20,00%
Outros ativos imobilizados	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%

e) Arrendamentos (Direitos de Uso)

e.1) Composição e movimentação

A seguir, apresentamos a movimentação consolidada dos arrendamentos, já contemplados nos quadros de movimentação do imobilizado (nota 13.c).

Descrição	Equipamentos de comutação e transmissão		Infraestrutura		Outros ativos		Total
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	
Saldo em 31.12.20	358.091	10.322.337	10.381	10.690.809			
Adições	410.169	2.702.635	590	3.113.394			
Subarrendamento (nota 13.c)	-	-	(64.177)	(64.177)			
Depreciação	(482.455)	(2.254.000)	(656)	(2.737.111)			
Cancelamentos de contratos	(4.893)	(245.237)	-	(250.130)			
Saldo em 31.12.21	280.912	10.461.558	10.315	10.752.785			
Adições	39.688	3.118.054	71.596	3.229.338			
Subarrendamento (nota 13.c)	-	1.665	-	1.665			
Depreciação	(75.384)	(2.973.283)	(903)	(3.049.570)			
Combinação de negócios - Garliava (nota 2.d)	-	-	526.515	526.515			
Cancelamentos de contratos	-	(52.092)	-	(52.092)			
Saldo em 31.12.22	245.216	11.082.417	81.008	11.408.641			
Em 31.12.21							
Custo	336.080	17.331.955	128.099	17.796.134			
Depreciação acumulada	(55.168)	(6.870.397)	(117.784)	(7.043.349)			
Total	280.912	10.461.558	10.315	10.752.785			
Em 31.12.22							
Custo	375.767	20.946.410	199.695	21.521.872			
Depreciação acumulada	(130.551)	(9.863.993)	(118.687)	(10.113.231)			
Total	245.216	11.082.417	81.008	11.408.641			

e.2) Taxas de depreciação

A seguir, apresentamos um quadro das taxas de depreciação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Equipamentos de comutação e transmissão	10,00% a 66,67%	2,50% a 14,29%	10,00% a 66,67%	5,00% a 42,90%
Infraestrutura	2,36% a 85,71%	2,50% a 20,00%	2,36% a 92,31%	3,50% a 66,67%
Outros ativos imobilizados	26,09% a 37,50%	10,00% a 25,00%	26,09% a 40,00%	20,00% a 38,00%

f) Bens do imobilizado em garantia

Em 31 de dezembro de 2022, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R\$95.980 (R\$78.631 em 31 de dezembro de 2021).

g) Equilíbrio da concessão

Modelo de concessão de Serviço Telefônico Fixo Comutado, adotado em 1998 com a assinatura dos contratos celebrados graças à privatização do setor de telecomunicações, gerou uma verdadeira revolução na prestação de serviços de telecomunicações no Brasil. Ao longo de mais de 20 anos, as concessionárias promoveram a expansão e a universalização do serviço de telefonia fixa que, antes da privatização, era cara, elitista e deixava os consumidores em uma longa fila de espera, de meses ou anos. Durante esse período, os contratos de concessão sofreram abalos em decorrência de diversos eventos ocorridos ao longo de sua vigência, que repercutem até os dias de hoje na equação financeira contratada originalmente.

Diante a este cenário e com o fim da vigência dos contratos de concessão se aproximando, é natural buscar-se um consenso com o órgão regulador sobre os eventos relacionados à alteração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Nesse sentido, esgotadas as conversações em todas as vias administrativas e, dada a ausência de consenso, celebramos, em 1º de julho de 2021, compromisso arbitral firmado com a ANATEL. A Companhia apresentou à Câmara de Comércio Internacional, em 10 de julho de 2021, requerimento para instauração de uma arbitragem contra a ANATEL, conforme previsto no contrato de concessão e nos termos da Lei 9.307/1996, bem como da própria Lei Geral de Telecomunicações.

A Companhia apresentou, no dia 21 de março de 2022, suas alegações iniciais no procedimento arbitral requerido, dentre outras questões, o reconhecimento de eventos ocorridos ao longo do contrato de concessão que precisam ser reequilibrados a nosso favor e a recomposição da sustentabilidade do contrato, bem como indenização pelo período em que o contrato permaneceu insustentável.

Após as alegações iniciais da Companhia, em junho de 2022 a ANATEL apresentou sua defesa. Em 19 de agosto de 2022 a Companhia apresentou réplica à defesa da ANATEL. Em 18 de outubro de 2022 foi apresentada a tréplica pela ANATEL. Em 17 de novembro de 2022 as partes especificaram as provas e em 8 de dezembro foi realizada a audiência das partes com o tribunal arbitral para a apresentação do caso.

A arbitragem é considerada um método ágil e tecnicamente adequado para a resolução de conflitos complexos. A expectativa é que deste modo as controvérsias relacionadas ao tema da concessão sejam solucionadas de forma técnica, viabilizando o encerramento seguro das atuais concessões do serviço telefônico fixo. Neste momento, não é praticável fazeremos prognóstico do resultado deste processo arbitral.

h) Adaptação do Modelo

Em 4 de outubro de 2019, foi publicada a Lei 13.879/2019 (decorrente da PLC 79/2016), que introduziu alterações no quadro regulamentar das telecomunicações, ao permitir que as concessionárias de telefonia fixa migrem de um regime de concessão para um regime de autorização sujeito a menores encargos regulatórios, inclusive os associados à continuidade e universalização do STFC na área de concessão, bem como eventuais restrições sobre os bens associados à sua prestação.

De acordo com a referida Lei, a ANATEL apresentou em 5 de julho de 2022 metodologia com estimativa de valor econômico associado à adaptação do instrumento de concessão para autorização, a ser validada pelo Tribunal de Contas da União ("TCU"), que após o voto do ministro relator sobre a legalidade da metodologia apresentada pela ANATEL, recebeu pedido de vistas de outro ministro, e deve voltar à pauta do tribunal em março de 2023. Após a decisão final do TCU sobre a metodologia aplicada, a ANATEL indicará o valor final para a adequação do instrumento de concessão para autorização. Valor este que, após confirmado e aceito pela Companhia, será convertido em projetos de investimento ainda não definidos pela ANATEL.

i) Bens reversíveis

O contrato de concessão do STFC da Companhia prevê que os bens indispensáveis à prestação de tal serviço na área de concessão, devem ser considerados como bens reversíveis.

Em 12 de abril de 2021, foi publicada no DOU a Resolução 744, aprovada pelo Ministério das Telecomunicações e pelo Conselho Diretor da Anatel no dia 4 de abril de 2021, que trata do Regulamento de Continuidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Regime Público ("RCOM").

O referido regulamento, que entrou em vigência em 3 de maio de 2021, ao discorrer sobre a forma como a continuidade dos serviços STFC sob o regime de concessão deve ser garantida, estabeleceu que, quando do término do contrato de concessão do STFC da Companhia, os bens pertencentes ao seu patrimônio e que sejam utilizados para a prestação de múltiplos serviços, dentre os quais o STFC em regime público, serão objeto de contrato de cessão de direito de uso, em condições econômicas justas e equitativas, entre a Companhia e o novo Concessionário ou a União, caso estes queiram fazer uso de tais bens para manter a continuidade da prestação do STFC em regime público.

De outro lado, aqueles bens que, além de essenciais, sejam efetivamente e exclusivamente empregados para assegurar a continuidade e a atualidade da prestação do STFC em regime público terão a sua posse revertida ao Poder Público mediante indenização conforme termos do RCOM, caso tal serviço continue a ser prestado, quer pela União, quer por novo Concessionário, ainda em regime público. Refira-se que os bens de uso exclusivo do STFC e, assim, sujeitos ao regime de reversão previsto no regulamento, constituem acervo residual e decrescente do patrimônio da Companhia.

Desta forma, o patrimônio da Concessionária, ao final do contrato de concessão em 31 de dezembro de 2025, não estará suscetível à reversão de sua propriedade à União. A cessão do uso dos bens compartilhados e da posse dos bens exclusivos do STFC passa a ser definida por meio de contratos específicos já previstos no manual operacional do Regulamento de Continuidade, aprovado pelo Despacho Decisório nº 269/2021/COJUN/SCO, que complementa dispositivos do Regulamento de Continuidade.

Sobre o tema, importante destacar que, a despeito da manutenção na Resolução nº 744 da obrigação de submissão de relação de bens reversíveis ("RBR") à ANATEL, tal obrigação, após sua aprovação e com a definição do modelo contratual acima descrito, possui caráter meramente informativo, com o fito de manter a transparência sobre a lista de bens utilizados pela Concessionária na prestação do STFC em regime público.

Não obstante, é importante ressaltar que, no âmbito do processo administrativo TC nº. 003.342/2022-0, em trâmite no TCU, foi expedido relatório técnico com menção a novo entendimento de que o RCOM deveria ser revisado. Tal entendimento ainda será objeto de apreciação pelo Tribunal.

14. INTANGÍVEL

a) Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição/formação no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos dos ativos intangíveis são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Já os custos dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios correspondem ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração dos resultados no exercício em que foi incorrido.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida, sendo:

- **Ativos intangíveis com vida útil definida** são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

- **Ativos intangíveis de vida útil indefinida** (ágios) não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa ("UGC"). A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é efetuada de forma prospectiva. Ágios gerados na aquisição de investimentos são tratados como intangíveis de vida útil indefinida.

Quando um ágio fizer parte de UGC e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à UGC mantida. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo for baixado.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O tratamento contábil do investimento em ativo intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua amortização, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

As informações sobre a recuperabilidade de ativos intangíveis, incluindo o ágio, estão apresentadas na nota 15.a).

c) Composição e movimentação

Apresentamos uma breve descrição dos principais itens que compõem o intangível com vida útil definida:

- **Softwares:** compreendem licenças de programas utilizadas para as atividades operacionais, comerciais e administrativas.
- **Carteira de clientes e marcas:** compreendem ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios.
- **Licenças:** compreendem licenças de concessão e autorização, adquiridas junto à ANATEL para a prestação dos serviços de telecomunicações. Incluem também, licenças decorrentes de combinação de negócios.

Descrição	Controladora						
	Vida útil indefinida	Vida útil definida					
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Intangíveis	Softwares em andamento
Saldos e movimentações:							
Saldo em 31.12.20	23.026.429	3.989.361	633.566	821.000	11.361.710	42.552	701.156
Adições (2)	-	723.644	-	-	4.496.263	-	1.274.713
Baixas líquidas (3)	(158.161)	(17.035)	-	-	-	-	(175.196)
Transferências líquidas	-	1.694.306	-	-	-	-	(1.563.813)
Venda de negócios (4)	-	(2.010)	-	-	-	-	(2.010)
Amortização (nota 26)	-	(1.622.537)	(264.328)	(84.206)	(951.442)	(3.102)	(2.925.615)
Saldo em 31.12.21	22.868.268	4.765.729	369.238	736.794	14.906.531	39.450	412.056
Adições (2)	-	345.060	-	-	190.566	-	2.259.900
Baixas líquidas	-	285	-	-	-	-	(918)
Transferências líquidas	-	2.076.388	-	-	-	-	(1.975.871)
Amortização (nota 26)	-	(1.850.079)	(148.971)	(84.205)	(1.143.114)	(3.094)	(3.229.463)
Saldo em 31.12.22	22.868.268	5.337.383	220.267	652.589	13.953.483	36.356	695.167
Em 31.12.21							
Custo	22.868.268	22.335.454	4.440.717	1.658.897	24.924.783	269.557	412.056
Amortização acumulada	-	(17.569.725)	(4.071.479)	(922.103)	(10.018.252)	(230.107)	-
Total	22.868.268	4.765.729	369.238	736.794	14.906.531	39.450	412.056
Em 31.12.22							
Custo	22.868.268	24.748.054	4.440.717	1.658.897	25.114.849	269.557	695.167
Amortização acumulada	-	(19.410.671)	(4.220.450)	(1.006.308)	(11.161.366)	(233.201)	-
Total	22.868.268	5.337.383	220.267	652.589	13.953.483	36.356	695.167

Descrição	Consolidado						
	Vida útil indefinida	Vida útil definida					
	Ágio (1)	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Intangíveis	Softwares em andamento
Saldos e movimentações:							
Saldo em 31.12.20	23.026.429	3.994.704	633.566	821.000	11.361.710	42.628	702.080
Adições (2)	-	724.599	-	-	4.496.263	-	1.275.320
Baixas líquidas (3)	(158.161)	(16.894)	-	-	-	-	(175.045)
Transferências líquidas	-	1.695.398	-	-	-	-	(1.564.723)
Venda de negócios (4)	-	(2.010)	-	-	-	-	(2.010)
Amortização (nota 26)	-	(1.624.532)	(264.328)	(84.206)	(951.442)	(3.104)	(2.927.612)
Saldo em 31.12.21	22.868.268	4.771.275	369.238	736.794	14.906.531	39.524	412.677
Adições (2)	-	352.128	-	-	190.566	-	2.260.031
Baixas líquidas	-	1.378	-	-	-	-	(149)
Transferências líquidas	-	2.077.044	-	-	-	-	(1.976.198)
Amortização (nota 26)	-	(1.853.464)	(161.188)	(84.770)	(1.141.412)	(3.094)	(3.519.928)
Saldo em 31.12.22	26.361.829	5.348.538	333.790	656.551	16.291.751	36.430	696.361
Em 31.12.21							
Custo	22.868.268	22.451.551	4.440.717	1.658.897	24.924.783	269.639	412.677
Amortização acumulada	-	(17.680.276)	(4.071.479)	(922.103)	(10.018.252)	(230.115)	-
Total	22.868.268	4.771.275	369.238	736.794	14.906.531	39.524	412.677
Em 31.12.22							
Custo	26.361.829	25.029.658	4.566.457	1.663.424	29.685.824	269.639	696.361

continuação



Telefônica

Telefônica Brasil S.A. Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

a) Política contábil

Os salários, remunerações e participação nos resultados são negociados em acordos coletivos de trabalho, sendo adicionados os encargos e contribuições sociais correspondentes e apropriados pelo regime de competência. O programa de participação nos resultados para os empregados é baseado em metas operacionais e financeiras da Companhia, sendo reconhecida uma provisão quando forem satisfeitas as premissas para sua contabilização.

Os detalhes dos planos de remuneração baseados em ações da Telefônica estão descritos na nota 30. Os custos e despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais são contabilizados como custo dos serviços prestados, despesas comerciais ou despesas gerais e administrativas (nota 26).

b) Composição

	Controladora	31.12.22	31.12.21	Controladora	31.12.22	31.12.21
Encargos e benefícios sociais	460.149	370.247	497.568	397.906	464.106	358.011
Participação de empregados nos resultados	76.071	108.992	77.175	109.682	76.071	108.992
Planos de remuneração baseados em ações (nota 30)	36.086	33.091	39.035	35.818	36.086	33.091
Salários e remunerações	1.036.412	870.341	1.097.326	909.857	1.036.412	870.341
Total	1.148.674	1.082.670	1.214.782	1.043.262	1.148.674	1.082.670
Circulante	975.432	848.819	1.035.652	888.324	975.432	848.819
Não circulante	60.980	21.522	61.674	21.533	60.980	21.522

17. FORNECEDORES

a) Política contábil

São obrigações a pagar por bens, serviços ou mercadorias que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

b) Composição

	Controladora	31.12.22	31.12.21	Controladora	31.12.22	31.12.21
Forneceadores diversos (Opex, CaPex, Serviços e Mercadorias)	6.134.913	6.131.924	6.572.181	6.243.614	6.134.913	6.131.924
Partes relacionadas (nota 29)	605.458	507.093	375.299	442.747	605.458	507.093
Valores a pagar por operadoras, cobilling)	218.620	217.000	224.555	217.000	218.620	217.000
Interconexão / interligação	210.218	229.041	243.763	229.041	210.218	229.041
Total	7.169.209	7.085.058	7.415.798	7.132.402	7.169.209	7.085.058

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora	31.12.22	31.12.21	Controladora	31.12.22	31.12.21
Fistel (1)	2.335.801	1.425.048	2.421.789	1.425.048	2.335.801	1.425.048
ICMS	949.930	1.363.530	1.020.067	1.416.323	949.930	1.363.530
PIS e COFINS	220.260	222.407	238.992	229.481	220.260	222.407
Fust e Funittel	92.662	87.726	93.427	87.726	92.662	87.726
ISS, CIDE e outros tributos	96.211	85.856	111.972	97.764	96.211	85.856
Total	3.692.864	3.184.567	3.886.247	3.256.342	3.692.864	3.184.567
Circulante	1.044.473	1.465.039	1.097.512	1.485.157	1.044.473	1.465.039
Não circulante	2.648.391	1.719.528	2.788.735	1.771.185	2.648.391	1.719.528

(1) Refere-se aos saldos remanescentes de 2022, 2021 e 2020 que, conforme decisões do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, estão com a exigibilidade suspensa. O montante está classificado como passivo não circulante.

19. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

a) Política contábil

a.1) Dividendos
Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais.

a.2) Juros sobre o capital próprio
Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagarem juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A Companhia e suas controladas, para fins de atendimento à legislação tributária brasileira, provisionam nos seus livros contábeis o montante devido em contrapartida à conta de despesa financeira no resultado do exercício e, para fins de apresentação destas demonstrações financeiras, reverte a referida despesa em contrapartida a um débito direito no patrimônio líquido, resultando no mesmo tratamento contábil dos dividendos. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita à retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

a.3) Juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em três anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida a lucros acumulados, para posterior distribuição.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber do Terra Networks

	Controladora	31.12.22	31.12.21
Dividendos complementares do exercício anterior	12.396	44.369	38.729
Recebimento de dividendos e JSCP	(51.125)	(178.136)	(15.422)
Saldo no final do exercício	15.422	12.396	15.422

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de controladas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

	Controladora / Consolidado	31.12.22	31.12.21
Controladora	1.051.720	1.146.019	1.051.720
Consolidado	1.009.454	927.324	1.009.454
Total	1.009.454	927.324	1.009.454

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

c.1) Composição

	Controladora / Consolidado	31.12.22	31.12.21
Controladora	1.051.720	1.146.019	1.051.720
Consolidado	1.009.454	927.324	1.009.454
Total	1.009.454	927.324	1.009.454

(1) Em 31 de outubro de 2022, houve a liquidação e extinção da SP Telecomunicações Participações Ltda. ("SPTE"). As ações de emissão da Companhia de titularidade da SPTE foram entregues às suas sócias Telefônica S.A., ("Telefônica") e Telefônica Latinoamérica Holding S.L. ("TLH"), na proporção de suas respectivas participações no capital social da SPTE, no âmbito da partilha do patrimônio líquido. Desta forma, os créditos de juros sobre o capital próprio e dividendos que a SPTE detinha foram transferidos para a Telefônica e TLH (nota 24.).

c.2) Movimentação

	Controladora / Consolidado	31.12.22	31.12.21
Controladora	4.265.715	3.865.998	4.265.715
Consolidado	2.028.524	1.987.518	2.028.524
Total	2.028.524	1.987.518	2.028.524

Saldo no início do exercício
Dividendos complementares de exercício anterior
JSCP intermediários (líquidos de IRRF) e dividendos
Prescrição de dividendos e JSCP
Pagamentos de dividendos e JSCP
IRRF sobre acionistas isentos/ímmunes de JSCP
Saldo no final do exercício

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

20. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

a) Política contábil
As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvido benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada provisão.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias.

Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão.

Provisões para demandas judiciais
A Companhia e/ou suas controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária, cível e regulatória, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Passivos contingentes (Purchase Price Allocation - PPA)
Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do PPA gerados na aquisição dos controles da Vivo Participações (2011), da Global Village Participações (2015) e da Garilava e Vita IT (2022), relacionados a demandas judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias, conforme o caso, ao seu valor justo na combinação de negócios.

Valores a restituir a clientes (Lei Complementar nº 194/2022)
Em 23 de julho de 2022, foi promulgada a Lei Complementar nº 194, de 23 de julho de 2022, que trata sobre a incidência de impostos sobre diversos setores considerados pela respectiva Lei como bens e serviços essenciais e indispensáveis, acarretando a redução de alíquota de ICMS sobre os serviços de comunicações e a respectiva restituição desses montantes aos clientes. A contabilização destes montantes a restituir aos clientes foi realizada em contrapartida a descontos concedidos (nota 25).

Provisão para desmantelamento de ativos
Referem-se aos custos a serem incorridos pela necessidade de ter que devolver os sites (localidades destinadas a instalações de torres e equipamentos em imóveis alugados) aos proprietários nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

Estes custos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes de imposto corrente que reflete os riscos específicos inerentes à obrigação por desativação de ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração dos resultados como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso.

Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Provisão para multas de cancelamento de contratos de arrendamento
Refere-se à provisão de multas para o cancelamento de contratos de arrendamento oriundos da Garilava, decorrentes da alienação ou desligamento de sites.

b) Estimativas e julgamentos críticos
A obrigação oriunda das provisões pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia ou suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

c) Informações das provisões e contingências
A seguir, apresentamos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente, provisão para desmantelamento, valores a restituir a clientes e provisão para multas por cancelamentos de contratos de arrendamentos.

	Controladora						Total
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório	Passivo contingente (PPA)	Valores a restituir a clientes	
Saldos em 31.12.20	473.180	1.711.591	864.127	1.207.331	823.245	407.815	5.487.289
Ingressos (reversões), líquidos (nota 27) (1)	205.292	282.450	310.064	542.843	(278.995)	-	(280.713)
Outros ingressos (reversões)	-	-	(155)	-	-	-	12.431
Baixas por pagamento	(313.039)	(118.579)	(646.559)	(20.884)	-	-	(1.099.061)
Atualização monetária (1)	97.961	182.572	398.628	256.954	(55.652)	-	(14.068)
Saldos em 31.12.21	463.394	2.058.034	926.105	1.986.244	488.598	378.105	6.300.480
Ingressos (reversões), líquidos (nota 27)	332.174	174.859	349.097	(160.024)	(12.458)	612.885	(9.811)
Outros ingressos (reversões)	12.084	(6.832)	1.846	-	-	-	21.498
Baixas por pagamento	(413.444)	(33.238)	(459.484)	(110.057)	-	(13.280)	(1.029.503)
Atualização monetária	123.369	197.002	369.750	152.872	16.697	-	6.110
Saldos em 31.12.22	517.577	2.389.825	1.187.314	1.869.035	492.837	599.605	395.902
Em 31.12.21	-	-	-	-	-	-	-
Circulante	204.279	-	293.506	200.313	-	-	698.098
Não circulante	259.115	2.058.034	632.599	1.785.931	488.598	-	378.105
Em 31.12.22	-	-	-	-	-	-	-
Circulante	214.320	-	404.029	104.898	-	599.605	1.322.852
Não circulante	303.257	2.389.825	783.285	1.764.137	492.837	-	395.902

	Consolidado						Total
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório	Passivo contingente (PPA)	Valores a restituir a clientes	
Saldos em 31.12.20	499.710	1.799.252	871.951	1.207.331	823.245	408.642	5.610.131
Ingressos (reversões), líquidos (nota 27) (1)	205.540	282.699	313.935	542.843	(278.995)	-	(280.900)
Outros ingressos	583	-	683	-	-	-	13.697
Baixas por pagamento	(319.511)	(118.579)	(652.112)	(20.884)	-	-	(1.111.086)
Atualização monetária (1)	100.633	183.997	401.514	256.954	(55.652)	-	(14.068)
Saldos em 31.12.21	486.955	2.147.369	935.971	1.986.244	488.598	378.105	6.423.272
Ingressos (reversões), líquidos (nota 27)	340.680	168.212	345.748	(160.025)	(40.929)	615.750	(9.811)
Outros ingressos	6.580	607	6.261	-	-	-	21.498
Baixas por pagamento	(416.784)	(33.260)	(464.406)	(110.057)	-	(13.868)	(1.044.779)
Atualização monetária	-	-	-	-	481.897	-	655.827
Saldos em 31.12.22	122.759	2.004.499	369.326	152.873	48.506	6.110	900.073
Em 31.12.21	540.190	2.483.427	1.192.900	1.869.035	978.072	601.882	395.902
Em 31.12.22	-	-	-	-	-	-	-
Circulante	206.279	-	295.722	200.313	-	-	702.314
Não circulante	280.676	2.147.369	640.249	1.785.931	488.598	-	378.105
Em 31.12.22	-	-	-	-	-	-	-
Circulante	217.229	-	404.564	104.898	-	601.882	1.322.573
Não circulante	322.961	2.483.427	788.246	1.764.137	978.072	-	395.902

(1) Passivo contingente (PPA) em 2021: principalmente pelos efeitos da reversão de TFF e de PIS e COFINS sobre assinatura/SVAs.

c.1) Provisões e contingências trabalhistas

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora	31.12.22	31.12.21	31.12.21
Provisões	517.577	463.394	540.190	486.955
Contingências possíveis	1.476.824	1.345.637	1.490.560	1.364.562

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de ex-empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: eventuais diferenças de pagamento de horas extraordinárias, remuneração variável, equiparação salarial e adicional de insalubridade ou periculosidade.

c.2) Provisões e contingências tributárias

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora	31.12.22	31.12.21	31.12.21
Provisões	2.389.825	2.058.034	2.483.427	2.147.369
Contingências possíveis	685.79			

continuação



Telefônica

Telefônica Brasil S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Processo administrativo que tramita no CADE, apura suposta ação coordenada entre as empresas Claro, Oi Móvel e a Companhia, que compuseram o Consórcio Rede Correios para concorrer no pregão eletrônico nº 144/2015, realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; bem como suposta discriminação de preços, por parte da Companhia, em relação a serviços ofertados à empresa BT Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda. ("BT"), que comporiam sua proposta para concorrer no referido certame. Em sua defesa, a Companhia (i) afirma que a formação de consórcios para participação em licitações públicas é legal e capaz de promover a concorrência; e (ii) demonstra que não há fundamentação para alegação de conduta discriminatória, já que: (a) a Companhia não era a única alternativa de fornecedora da BT; e (b) não é correto comparar os preços do serviço oferecido pelo consórcio aos do serviço cotado pela BT, pois existem diferenciações entre eles de ordem técnica, de precificação e de quantidade de recursos envolvidos. Em 8 de março de 2021, foi publicada a Nota Técnica da Superintendência-Geral opinando pela configuração de infrações da ordem econômica praticadas pelas empresas citadas. O processo foi encaminhado pela área técnica ao Tribunal do CADE, que decidiu que as operadoras praticaram conduta anticompetitiva. E após tal decisão, a Companhia opôs embargos de declaração, que estão pendentes de julgamento.
- Termo de Ajuste de Conduta ("TAC") assinado com a ANATEL em 28 de fevereiro de 2022, com início da vigência de 4 anos a partir da publicação no DOU, ocorrida em 3 de março de 2022. No TAC estão incluídos 24 PADOs relativos aos temas de Qualidade, Interrupções e Direito dos Usuários, cujas multas estimadas e aplicadas foram trocadas por investimentos em 14 compromissos de ajuste de conduta e compromisso adicional de construção de rota de *backbone* de fibra. Com o início da vigência do TAC e consequente arquivamento dos referidos PADOs que o compõe. Em 2022, houve baixas de R\$42 milhões e R\$324 milhões de processos com chances de perda prováveis e possíveis, respectivamente.
- Processo instaurado pela ANATEL para apurar eventuais providências acerca de possível repasse dos ganhos decorrentes de decisão do STF, que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS entre 2002 e 2017 nos planos da concessão. Neste processo, a Procuradoria e a área técnica da ANATEL entendem que tais ganhos não decorrem de eficiência empresarial, mas sim de uma alteração na ordem tributária. A proposta de devolução sugerida pela ANATEL seria por meio de uma revisão tarifária para planos básicos e a construção de infraestrutura de *backhaul* de alta capacidade para os planos alternativos, totalizando o valor de aproximadamente R\$1 bilhão, que avaliamos com chance de perda possível. O caso será julgado pelo Conselho Diretor da ANATEL, a partir do qual poderá ser desafiado por meio de procedimento arbitral.
- Procrastinamento de Ajuste de Descumprimento de Obrigações ("PADO") que trata de metas de cobertura cuja multa aplicada de R\$127 milhões pôde ser convertida em obrigação de fazer, que consiste em meio alternativo de cumprimento de obrigação de sanção à multa, para investimento para instalação de estação rádio base 4G em 188 localidades desprovidas desta tecnologia, cuja instalação deve ocorrer em 2 anos e meio, com custos de manutenção equivalentes ao período de 1 ano. A instalação não pode decorrer de acordos de *run sharing*, *swap*, aluguel de redes, contratos de exploração industrial, ou outros meios contratuais. Após adesão e confirmação de anuência pela ANATEL, o cumprimento dentro do prazo determinado será objeto de acompanhamento.
- A Companhia é parte em ações judiciais que discutem nulidade de cláusulas contratuais e obrigações de fazer e não fazer atrelados a suspensão de serviços, não aumento de tarifas, reparos e manutenção de postes, que não envolvem valor financeiro determinado e, na fase atual em que se encontram, são inestimáveis. Os referidos processos aguardam julgamento nos tribunais.

21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES, ARRENDAMENTOS, LICENÇAS 5G E PASSIVOS PELA AQUISIÇÃO DE SOCIEDADE

a) Política contábil

São passivos financeiros mensurados e reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos para sua obtenção e posteriormente mensurados pelo custo amortizado (acrescidos de encargos e juros pró-rata), considerando a taxa de juros efetiva de cada operação, ou pelo valor justo por meio do resultado. Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período superior a 18 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. A Companhia e suas controladas não capitalizaram os custos de empréstimos e financiamentos e debêntures em função de não haver ativos qualificáveis.

Arrendamentos

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem substancialmente pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e suas controladas e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, pela rescisão do contrato de arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

O valor presente dos contratos de arrendamento é mensurado descontando os fluxos de pagamentos futuros fixos, os quais não incluem a inflação projetada, pelas taxas de juros de mercado, estimadas com *spread* de risco intrínseco da Companhia.

As curvas de desconto utilizadas são construídas com base em dados observáveis. As taxas de juros de mercado são extraídas da B3 e o *spread* de risco da Companhia é estimado a partir de títulos de dívida emitidos por empresas com grau de risco comparável. Dessa forma, a curva final de desconto reflete de forma fidedigna a taxa de juros incremental de empréstimo da Companhia.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão. A Companhia e suas controladas determinam o prazo do arrendamento com o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluem em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia e suas controladas possuem vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão.

A Companhia e suas controladas aplicam julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia e suas controladas reavaliam o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de beneficiárias ou customizações significativas no ativo arrendado).

A Companhia e suas controladas não são capazes de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxa observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia e suas controladas estimam a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia e suas controladas.

c) Composição

	Consolidado			31.12.21		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Instituições financeiras (c.1)	1.073.090	-	1.073.090	50	4	54
PSI	3	-	3	50	4	54
Lei nº 4.131	1.073.087	-	1.073.087	-	-	-
Fornecedores (c.2)	-	-	-	224.556	-	224.556
Debêntures (c.3)	236.833	3.500.000	3.736.833	1.028.463	-	1.028.463
7ª emissão	236.833	3.500.000	3.736.833	-	-	-
Arrendamentos (c.4)	3.503.167	8.529.436	12.032.603	2.907.481	8.322.618	11.230.099
Licenças 5G (c.5)	652.301	1.191.670	1.843.971	2.746.342	1.704.464	4.450.806
Passivos pela aquisição de sociedade (c.6)	554.554	60.745	615.299	-	-	-
Total	6.019.945	13.281.851	19.301.796	6.906.892	10.027.086	16.933.978

Todo passivo demonstrado no quadro acima foi contratado em moeda nacional (R\$), exceto pelo empréstimo junto ao Citibank, contratado em moeda estrangeira (dólar norte-americano).

c.1) Empréstimos e financiamentos - instituições financeiras

Em 8 de abril de 2022, foi firmado contrato com o Citibank em moeda estrangeira (dólar norte-americano), através da Lei nº 4.131, no montante de US\$ 213.413 mil, equivalente a R\$1.000.000, com vencimento em 28 de setembro de 2023, remunerado a 3,1546% a.a. O pagamento de juros será semestral e do principal no final da operação. Em 8 de abril de 2022, foi firmado contrato de *swap*, trocando a remuneração da dívida por CDI + 0,70% a.a.

c.2) Financiamento - fornecedores

A Companhia mediante acordos bilaterais com fornecedores obtinha extensão de prazos de pagamento a um custo baseado na taxa CDI pré-fixada para os respectivos períodos, com o custo líquido equivalente entre 98,9% e 120,8% do CDI em 31 de dezembro de 2021. Em 2022, a Companhia realizou a quitação de todos os saldos dos acordos.

c.3) Debêntures

6ª emissão

A 5ª emissão foi liquidada em 8 de fevereiro de 2022, data de vencimento. O valor total de quitação foi R\$1.039.012, sendo R\$1.000.000 de principal e R\$39.012 de encargos.

7ª emissão

Em 14 de julho de 2022, a Companhia concretizou a integralização da 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em 2 séries. Foram emitidas 3.500.000 debêntures com o valor unitário nominal de R\$1.000,00 (mil reais), no valor nominal total de R\$3.500.000 e concluída a liquidação da respectiva oferta pública com esforços restritos.

- A 1ª série, no valor nominal de R\$1.500.000, tem remuneração de CDI + 1,12% a.a. Os juros serão pagos em parcelas semestrais a partir de 12 de janeiro de 2023 e o principal no vencimento, em 12 de julho de 2025.
- A 2ª série, no valor nominal de R\$2.000.000, tem remuneração de CDI + 1,35% a.a. Os juros serão pagos em parcelas semestrais a partir de 12 de janeiro de 2023 e o principal no vencimento, em 12 de julho de 2027.

As debêntures contam com o componente de sustentabilidade (Debêntures vinculadas a desempenho Ambiental, Social e Governança Corporativa ("ASG")), que permite sua classificação como "sustainability-linked", nos termos exigidos pela *International Capital Market Association nos Sustainability-Linked Bond Principles*, versão de junho de 2020.

c.4) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos na condição arrendatária, referentes a: (i) aluguel de estruturas (torres e *rooftops*), decorrentes de operações de venda e *leaseback*; (ii) aluguel de sites construídos na modalidade *Build to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática; e (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão; escritórios, lojas e imóveis comerciais. O valor contábil dos ativos mencionados foi mantido inalterado até o momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato. Em 31 de dezembro de 2022, o prazo de vencimento mais longo desses contratos era em março de 2036. A taxa média anual ponderada consolidada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2022 é de 13,45%, com prazo médio de vencimento de 5,51 anos. A seguir, apresentamos os saldos e o cronograma dos arrendamentos a pagar:

	Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Valor nominal a pagar	15.760.333	13.997.417
Despesa financeira não realizada	(3.727.730)	(2.767.318)
Valor presente a pagar (1)	12.032.603	11.230.099

	Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Circulante	3.503.167	2.907.481
Não circulante	8.529.436	8.322.618

(1) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, incluíam os montantes de R\$55.960 e R\$70.845, respectivamente, referente a contratos de arrendamentos com empresas do Grupo Telefônica (nota 29).

c.5) Licenças 5G

Em 3 de dezembro de 2021, foram assinados junto à ANATEL, os Termos, decorrentes dos leilões para a implantação da tecnologia 5G, realizados pela ANATEL, dos quais a Companhia foi a vencedora. Estas autorizações têm prazo de vigência de 20 anos, a título oneroso, associadas às autorizações para a prestação do SMP, prorrogáveis, sucessivamente, nos termos da Lei nº 9.472/1997 (nota 14.d).

Estes montantes estão sendo atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC"), acumulada mensalmente e pela variação do IGP-DI, conforme o caso.

Estes Termos têm como garantia contratos de seguros.

c.6) Passivos pela aquisição de sociedade

c.6.1) Aquisição da Garliava

Conforme comentado na nota 2.d.), a Companhia possui alguns passivos previstos em cláusulas do Contrato, celebrado em 28 de janeiro de 2021 entre a Companhia e a Oi, apresentados a seguir:

Retenção contratual

Retenção de 10% do preço de aquisição no montante de R\$488.458. Esse montante está sendo corrigido pela variação de 100% do CDI desde a data da aquisição e permanecerá retido para garantir eventuais compensações de valores decorrentes de ajuste de preço pós-fechamento e de indenização decorrente de atos remanescentes a serem praticados após o fechamento nos termos do Contrato. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$522.297, valor este que se encontra depositado em juízo (nota 10).

Contraprestação contingente

Parte do preço da transação é condicionado ao atingimento de alguns objetivos/metos. A Companhia avaliou e concluiu que todos serão cumpridos e com atingimento de 100% do *target*. Com isso, o valor justo desses compromissos, representa de R\$110.205, que está sendo corrigido pela variação de 100% do CDI desde a data da aquisição até a data do efetivo pagamento e deverá ser integralmente pago à Oi, previsto para ocorrer em até 12 meses. Com o cumprimento dos objetivos/metos previstos, até 31 de dezembro de 2022, a Companhia já efetuou o pagamento de R\$100.000. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$15.000.

Os custos rescisórios

Após a aquisição, foi acrescido R\$8.333 referente aos custos rescisórios incorridos pela Oi com o desligamento e recontração de empregados da Oi pela Garliava. Estes valores serão integralmente reembolsados em até 30 dias contados da data de notificação a ser enviada pela Oi. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$8.333.

c.6.2) Aquisição da Vita IT por controlada indireta

O valor da contraprestação total transferida pela aquisição da Vita IT pela TIS, controlada indireta da Companhia, foi de R\$110.815. Deste montante, R\$42.000 foram pagos à vista no momento da conclusão da Operação e R\$68.815 serão pagos conforme cláusulas contratuais, sendo atualizado pelo IPCA, nota 2.d).

d) Cronograma de pagamentos (não circulante)

Ano	Consolidado					Total
	Debêntures	Arrendamentos	Licenças 5G	Passivos pela aquisição de sociedade - Vita IT (nota 2.d)		
2024	-	2.723.908	352.003	-	60.745	3.136.656
2025	1.500.000	1.830.887	52.531	-	-	3.383.418
2026	-	1.336.718	52.531	-	-	1.389.249
2027	2.000.000	931.904	52.531	-	-	2.984.435
2028 em diante	-	1.706.019	682.074	-	-	2.388.093
Total	3.500.000	8.529.436	1.191.670	-	60.745	13.281.851

e) Movimentações

Ano	Consolidado					Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos	Financiamento (fornecedores)	Licenças 5G	
Saldo em 31.12.20	112	2.044.576	10.818.778	375.700	-	13.239.166
Ingressos (1)	-	-	3.113.349	221.840	4.459.442	7.794.631
Encargos financeiros (nota 28)	-	49,786	828.710	7,899	37,800	924.215
Custos de emissão	-	1.082	-	-	-	1.082
Baixas (cancelamento de contratos)	-	-	(270.164)	-	-	(270.164)
Baixas (pagamentos) de principal	(74)	(1.028.312)	(2.455.690)	(370.635)	(46.436)	(3.901.147)
Baixas (pagamentos) de encargos	(4)	(38,669)	(804,884)	(10,248)	-	(1.208,605)
Saldo em 31.12.21	54	1.028.463	11.230.099	224.556	4.450.806	16.933.978
Ingressos (1)	1.000.000	3.500.000	3.229.338	-	-	7.729.338
Variação cambial (nota 28)	108,310	-	-	-	-	108,310
Encargos financeiros (nota 28)	-	247,381	1.292,376	5,816	282,784	39,488
Combinação de negócios - Garliava e Vita IT (nota 2.d)	-	-	-	-	675,811	(2.901,147)
Baixas (cancelamento de contratos)	-	-	(67,220)	-	-	(67,220)
Baixas (pagamentos) de principal	(50)	(1.000.000)	(2.940,222)	(224,556)	(2.721,392)	(6.986,220)
Baixas (pagamentos) de encargos	(17,665)	(39,011)	(1.300,792)	(5,816)	(168,227)	(1.531,511)
Saldo em 31.12.22	1.073.090	3.736.833	12.032.603	-	1.843.971	615.299

(1) Os montantes de ingressos de financiamento (fornecedores), arrendamentos e licenças 5G, não têm efeitos de ingresso em recursos (caixa).

22. RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Passivos contratuais (contratos com clientes) (1)	694.450	615.083	865.407	619.881
Alienação de mercadorias e ativos imobilizados (2)	78.027	91.058	78.027	91.058
Subvenções governamentais	28.162	39.341	28.162	39.341
Outras	8.016	8.230	11.827	8.230
Total	808.655	753.712	983.423	758.510
Circulante	670.945	599.873	845.645	604.646
Não circulante	137.710	153.839	137.778	153.864

(1) Refere-se ao saldo dos passivos contratuais de clientes, sendo diferido na medida em que eles se relacionam com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.

(2) Inclui os saldos líquidos dos valores residuais da alienação de estruturas (torres e *rooftops*) não estratégicas, que são transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.

A seguir, apresentamos as movimentações dos passivos contratuais (contratos com clientes), principalmente representados pela venda de créditos de pré-pagos.

	Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Saldo no início do exercício	619.881	529.179
Ingressos	7.794.042	7.496.088
Baixas	(7.583.863)	(7.405.386)
Combinação de negócios - Garliava (nota 2.d)	35,347	-
Saldo no final do exercício	865.407	619.881

A seguir, apresentamos os prazos esperados para a realização dos passivos contratuais, não circulante.

Ano

	Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
2023	819,835	27,720
2024	2,748	3,594
2025	3,594	3,382
2026	8,128	-
2027	-	-
2028 em diante	-	-
Total	865,407	35,714

23. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 31)	761.854	645.209	769.816	649.817
Obrigações com a ANATEL (1)	770.336	565.123		

continuação



Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 2021

Em AGO realizada em 26 de abril de 2022, foram aprovadas, por maioria dos votos dos detentores das ações ordinárias presentes, as demonstrações financeiras e destinações do resultado do exercício de 2021.

Tendo em vista as aquisições de ações próprias mantidas em tesouraria no âmbito do Programa de Recompria de Ações da Companhia, a Companhia divulgou um Comunicado ao Mercado em 26 de abril de 2022, informando que o valor por ação ordinária do dividendo adicional proposto no montante de R\$2.028.524 foi atualizado para 1,212002. O início dos pagamentos destes dividendos ocorreu em 18 de outubro de 2022, sendo creditado individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 26 de abril de 2022.

Durante o exercício de 2021, a Companhia destinou dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme segue:

Natureza	Datas					
	Aprovação	Crédito	Início do pagamento	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor líquido por ação
JSCP	12/02/21	26/02/21	19/07/22	150.000	127.500	0,075561
JSCP	18/03/21	31/03/21	19/07/22	270.000	229.500	0,136084
JSCP	15/04/21	30/04/21	19/07/22	280.000	238.000	0,141197
JSCP	17/06/21	30/06/21	19/07/22	630.000	535.500	0,317815
JSCP	16/09/21	30/09/21	19/07/22	600.000	510.000	0,303695
JSCP	10/12/21	27/12/21	19/07/22	805.000	684.250	0,408035
JSCP	10/12/21	27/12/21	18/10/22	1.500.000	1.500.000	0,894487
Dividendos	26/04/22	26/04/22	18/10/22	2.028.524	2.028.524	1,212002
Total				6.263.524	5.853.274	

d.2) Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item "a" da Lei das S.A., os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia reverteu o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos nos montantes de R\$167.449 e R\$116.236, respectivamente, os quais foram incluídos nos cálculos para as deliberações de dividendos da Companhia.

d.3) Remuneração aos acionistas

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das S.A.

A seguir, apresentamos o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 2022 e 2021.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	4.085.013	6.239.364
(-) Apropriação à reserva legal	(204.250)	(311.968)
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(95.095)	(43.009)
Lucro líquido ajustado	3.785.668	5.884.387
(-) Dividendos e Juros sobre o capital próprio distribuídos no exercício:	(3.075.000)	(4.235.000)
Juros sobre o capital próprio (bruto)	(2.075.000)	(2.735.000)
Dividendos Intermediários	(1.000.000)	(1.500.000)
Saldo de lucro líquido não destinado	710.668	1.649.387
(+) Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	167.449	116.236
(+/-) Ganhos (perdas) atuariais reconhecidas e efeito da limitação dos ativos dos planos superavitários, líquidos de tributos	(51.386)	262.901
Lucro disponível para distribuição	826.731	2.028.524
Proposta para a distribuição:		
Dividendos adicionais propostos - Base lucro líquido do exercício	826.731	2.028.524
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado (apenas informativo)	946.417	1.471.097

O valor por ação ordinária dos dividendos adicionais propostos para 2022 foi de R\$0,496966 (R\$1,209659 para 2021).

A proposta para a deliberação do exercício de 2022, apresentada acima, será submetida à aprovação da AGO, a ser realizada no exercício de 2023.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço.

Efeitos da conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controle conjunto).

A seguir, apresentamos a movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial, líquidos dos tributos.

	Controladora / Consolidado			
	Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	Instrumentos financeiros derivativos	Efeitos da conversão de investimentos no exterior	Total
Saldos em 31.12.20	(8.791)	(4.147)	78.826	65.888
Perdas com conversão	-	-	(1.186)	(1.186)
Ganhos com derivativos	-	3.738	-	3.738
Perdas com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	(283)	-	-	(283)
Saldos em 31.12.21	(9.074)	(409)	77.640	68.157
Perdas com conversão	-	424	(16.258)	(16.258)
Ganhos com derivativos	-	-	424	424
Perdas com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	(140)	-	-	(140)
Saldos em 31.12.22	(9.214)	15	61.382	52.183

f) Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação nos exercícios. A Companhia não detém ações potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

	Controladora	2021
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas detentores de ações ordinárias	4.085.013	6.239.364
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.670.851	1.683.095
Resultado básico e diluído por ação ordinária (R\$)	2,44	3,71

g) Participação de acionistas não controladores

Em decorrência das alienações parciais (49,99%) das operações da CloudCo Brasil e IoTCo Brasil, ocorridas em 2021 e da constituição do Vivo Ventures em 2022 (2,00%), descritas na nota 2.d), apresentamos a reconciliação do lucro líquido da controladora e consolidado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	Vivo Ventures	CloudCo Brasil	IoTCo Brasil	Total
Patrimônio líquido na data do closing (1)	-	95.368	82.688	178.056
Companhia	-	47.694	41.352	89.046
Acionistas não controladores	-	47.674	41.336	89.010
Movimentos em patrimônio líquido em 2021	-	(7)	-	(7)
Companhia	-	(4)	-	(4)
Acionistas não controladores	-	(3)	-	(3)
Movimentos em resultado em 2021	-	(18.516)	(1.503)	(20.019)
Companhia	-	(9.260)	(752)	(10.012)
Acionistas não controladores	-	(9.256)	(751)	(10.007)
Patrimônio líquido em 31.12.21	-	76.845	81.185	158.030
Companhia	-	38.430	40.600	79.030
Acionistas não controladores	-	38.415	40.585	79.000
Patrimônio líquido na data do closing (1)	5.000	-	-	5.000
Companhia	4.900	-	-	4.900
Acionistas não controladores	100	-	-	100
Movimentos em patrimônio líquido em 2022	16.068	(78)	(328)	15.662
Companhia	15.747	(39)	(164)	15.544
Acionistas não controladores	321	(39)	(164)	118
Movimentos em resultado em 2022	(543)	(55.192)	981	(54.754)
Companhia	(532)	(27.602)	491	(27.643)
Acionistas não controladores	(11)	(27.590)	490	(27.111)
Patrimônio líquido em 31.12.22	20.525	21.575	81.838	123.938
Companhia	20.115	10.789	40.927	71.831
Acionistas não controladores	410	10.786	40.911	52.107

(1) Datas do closing: Vivo Ventures em 11/04/22; CloudCo Brasil em 02/08/21 e IoTCo Brasil em 1º/11/21.

h) Reconciliação do lucro líquido da controladora e consolidado

Em decorrência das alienações parciais (49,99%) das operações da CloudCo Brasil e IoTCo Brasil, ocorridas em 2021 e da constituição do Vivo Ventures em 2022 (2,00%), descritas na nota 2.d), apresentamos a reconciliação do lucro líquido da controladora e consolidado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	2022	2021
Lucro líquido da Companhia (Controladora)	4.085.013	6.239.364
Participação de acionistas não controladores	(27.111)	(10.007)
CloudCo Brasil	(27.590)	(9.256)
IoTCo Brasil	490	(751)
Vivo Ventures	(11)	-
Lucro líquido da Companhia (Consolidado)	4.057.902	6.229.357

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

a) Política contábil

As receitas totais dos pacotes que combinam vários produtos ou serviços (fixa, móvel, dados, internet ou televisão), são alocadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes em relação à contraprestação total do pacote e reconhecida quando (ou assim que) a obrigação for satisfeita. Quando os pacotes promovem algum desconto no equipamento ou serviço, é feito o ajuste contábil para alocar o preço de venda entre eles com base no preço justo deles, constituindo um ativo ou passivo contratual, o qual é apropriado ao resultado ao longo de períodos subsequentes.

As receitas correspondem, substancialmente, à prestação de serviços de telecomunicações, comunicações, vendas de mercadorias, publicidade e outras receitas, e estão apresentadas líquidas dos tributos, descontos e devoluções (no caso de venda de mercadorias), incidentes sobre elas.

As receitas referentes às vendas de créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

As receitas de contratos de locação de equipamentos, classificados como arrendamento (produto Vivo TECH), são reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. As receitas são reconhecidas pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.

A receita da venda de aparelhos aos *dealers* é contabilizada no momento da sua entrega, quando todos os riscos e benefícios são transferidos aos agentes credenciados. As receitas de serviços e de mercadorias estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: ICMS ou ISS, conforme o caso, PIS e COFINS, conforme o caso.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia possui sistemas de faturamento de serviços com datas de corte intermediárias. Desta forma, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Essas receitas não faturadas são registradas com bases em estimativas, que levam em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros. Como são utilizados dados históricos, essas estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

c) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional bruta	65.356.929	64.198.736	67.761.022	64.611.536
Serviços (1)	58.464.337	57.856.756	60.845.159	58.263.461
Mercadorias (2)	6.892.592	6.341.980	6.915.863	6.348.075
Deduções da receita operacional bruta	(19.303.978)	(20.514.668)	(19.719.860)	(20.578.923)
Tributos	(11.085.934)	(12.955.181)	(11.460.021)	(13.019.110)
Serviços	(9.711.139)	(11.753.439)	(10.080.992)	(11.815.168)
Mercadorias	(1.374.795)	(1.201.742)	(1.379.029)	(1.203.942)
Descontos concedidos e devoluções	(8.218.044)	(7.559.487)	(8.259.839)	(7.559.813)
Serviços (3)	(6.157.916)	(5.533.391)	(6.199.625)	(5.533.773)
Mercadorias	(2.060.128)	(2.026.096)	(2.060.214)	(2.026.040)
Receita operacional líquida	46.052.951	43.684.068	48.041.162	44.032.613
Serviços	42.595.282	40.569.926	44.564.542	40.914.520
Mercadorias	3.457.669	3.114.142	3.476.620	3.118.093

(1) Inclui serviços de telecomunicações, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura e outros serviços.

(2) Inclui revenda de aparelhos celulares, *simcards*, acessórios e equipamentos do Produto Vivo Tech.

(3) Os saldos consolidados acumulados em 31 de dezembro de 2022 incluem R\$615.750, referente aos valores a restituir aos clientes em decorrência da Lei Complementar nº 194 de 23 de julho de 2022, que tratou sobre a incidência de impostos sobre diversos setores considerados pela respectiva Lei como bens e serviços essenciais e indispensáveis, acarretando a redução de alíquota de ICMS sobre os serviços de comunicações, contabilizados como descontos concedidos. A contabilização do montante mencionado, foi realizada em contrapartida a "Provisões e Contingências", nota 20.

Não há nenhum cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	2022		2021		2022		2021	
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas Gerais e Administrativas	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas Gerais e Administrativas	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas Gerais e Administrativas	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas Gerais e Administrativas
Pessoal (1)	(906.698)	(3.032.133)	(683.247)	(4.622.078)	(739.542)	(2.645.426)	(567.720)	(3.952.688)
Serviços de terceiros (2)	(8.076.143)	(5.696.770)	(1.043.291)	(14.816.204)	(7.989.422)	(5.782.011)	(1.036.418)	(14.807.851)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (3)	(1.253.093)	(67.224)	(45.582)	(1.365.899)	(1.186.337)	(60.721)	(41.324)	(1.288.382)
Impostos, taxas e contribuições (4)	(1.792.422)	(33.251)	(52.821)	(1.878.494)	(1.694.579)	(29.649)	(52.091)	(1.776.319)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	-	(1.245.217)	-	(1.245.217)	-	(1.425.772)	-	(1.425.772)
Depreciação e amortização (5)	(9.844.332)	(1.508.686)	(822.051)	(12.175.069)	(9.683.823)	(1.506.488)	(836.976)	(12.027.287)
Custo das mercadorias vendidas	(3.826.116)	-	-	(3.826.116)	-	-	-	(3.214.081)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(86.336)	(94.927)	(24.093)	(205.356)	(79.495)	(132.737)	(32.753)	(244.985)
Total	(25.785.140)	(11.678.208)	(2.671.085)	(40.134.433)	(24.587.279)	(11.582.804)	(2.567.282)	(38.737.365)

	Consolidado							
	2022		2021		2022		2021	
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas Gerais e Administrativas	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas Gerais e Administrativas	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas Gerais e Administrativas	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas Gerais e Administrativas
Pessoal (1)	(1.109.109)	(3.059.974)	(719.017)	(4.888.100)	(861.876)	(2.661.782)	(5.768.909)	(4.111.674)
Serviços de terceiros (2)	(8.865.064)	(5.730.219)	(1.063.572)	(15.658.855)	(8.019.315)	(5.084.453)	(14.842.677)	
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (3)	(1.307.950)	(66.148)	(48.182)	(1.422.280)	(1.187.976)	(57.852)	(44.187)	(1.290.015)
Impostos, taxas e contribuições (4)	(1.905.558)	(33.255)	(53.395)	(1.992.208)	(1.704.235)	(29.649)	(52.818)	(1.786.702)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	-	(1.315.614)	-	(1.315.614)	-	(1.436.288)	-	(1.436.288)
Depreciação e amortização (5)	(10.309.553)	(1.521.709)	(828.611)	(12.659.873)	(9.688.780)	(1.506.862)	(842.689)	(12.038.331)
Custo das mercadorias vendidas	(3.841.064)	-	-	(3.841.064)	(3.222.043)	-	-	(3.222.043)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(93.382)	(112.207)	(24.823)	(230.412)	(97.144)	(132.775)	(33.742)	(263.661)



Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Empresas	Natureza da transação	Demonstração dos Resultados					
		2022			2021		
		Outras receitas (custos e despesas) operacional	Receitas (despesas) financeiras	Outras receitas (custos e despesas) operacional	Receitas (despesas) financeiras		
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	-	10.839	2.630	12	574	-
Telefônica Latinoamerica Holding	d)	-	16.280	(428)	-	5.925	(341)
Telefônica	d) / m)	-	(449.933)	12.113	-	(375.994)	(3.461)
		-	(422.814)	14.315	12	(369.495)	(3.802)
Outras empresas do grupo							
Telefônica Global Solutions Participações	a) / d) / f) / k) / n)	13.928	(110.417)	-	7.510	(108.994)	-
Telefônica Compras Eletrônica	g)	-	(24.453)	(15)	-	(38.911)	-
Telefônica Digital España	h)	-	(177.107)	5.390	-	(155.508)	(4.351)
Telefônica Factoring do Brasil	d) / o)	5	1.455	(5.109)	1.882	254	(7.267)
Telefônica Global Technology	e)	-	(74.512)	17	-	(88.397)	(135)
Telefônica Global Solutions	f) / j) / k)	50.969	(67.157)	1.055	52.732	(72.781)	531
Telefônica Global Solutions Usa	f) / j)	-	(17.407)	766	343	(21.613)	(1.587)
Telxius Cable Brasil	a) / d) / f) / j) / n)	12.542	(236.318)	1.688	43.338	(235.371)	(7.381)
Telefônica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil	d) / e) / j) / n)	1.713	(152.374)	-	974	(120.364)	-
Companhia AIX Participações	p)	30	1	(7.963)	20	-	(3.856)
Telefônica On The Spot Soluções Digitais do Brasil	d) / n)	168	(210)	-	16.891	(1.650)	-
Telefônica IoT & Big Data Tech	d) / h)	-	(101.757)	5.482	-	(76.218)	827
Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech	h)	-	(19.238)	708	-	(19.842)	(229)
Telefônica Infra	c)	-	-	20.153	-	-	11.737
Fibra Infraestrutura e Fibra Ótica	b) / d) / n)	7.639	(49.704)	973	39.018	(32.117)	973
Outras		10.072	(19.452)	1.602	11.543	(61.349)	1.367
		97.066	(1.048.650)	24.747	174.251	(1.031.961)	(9.371)
Total		97.066	(1.471.464)	39.062	174.263	(1.401.456)	(13.173)

b) Remuneração dos administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi de R\$35.241 e R\$32.205, respectivamente. Destes montantes, R\$21.141 (R\$19.658 em 31 de dezembro de 2021) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$14.100 (R\$12.547 em 31 de dezembro de 2021) a remuneração variável, que inclui os planos de remuneração em ações. Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

30. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefônica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações (*Talent for the Future Share Plan* ("TFSP") e *Performance Share Plan* ("PSP")), os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Companhia e suas controladas.

A Companhia aprovou um plano de incentivo (*Performance Share Plan* ("PSP VIVO")) via unidades de performance, com liquidação em caixa ("Plano"). Os participantes do Plano farão jus a outorga de um determinado número de unidades representativas de O1 (uma) ação de emissão da Companhia (VIVT3) ("Unidade" e "Ação"). Cada Unidade representa a expectativa do direito ao recebimento do valor integral de O1 (uma) Ação, a qual servirá de base, tendo em vista o número de Unidades recebidas, para determinar o valor do incentivo a ser pago pela Companhia em dinheiro aos participantes.

A entrega das ações e/ou do incentivo está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativo no Grupo Telefônica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefônica ou da Companhia, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido, ao atingimento do FCF (*Free Cash Flow*) do Grupo Telefônica ou da Companhia e a neutralização e redução de emissões de CO2 (a partir do Ciclo de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 o valor da cotação das ações da Telefônica era de 3,3850 euros.

Os principais planos em vigor em 31 de dezembro de 2022 eram:

- Talent for the Future Share Plan ("TFSP")**, para seus Gerentes Sênior, Gerentes e Especialistas em nível global:
Ciclo 2020-2022 (1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022): com 134 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 107.600 ações da Telefônica.
Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023): com 173 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 295.000 ações da Telefônica.
Ciclo 2022-2024 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 136 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 289.500 ações da Telefônica.
- Performance Share Plan ("PSP")**, para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível global:
Ciclo 2020-2022 (1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022): com 76 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto da Companhia, tendo o direito potencial de receber 469.757 ações da Telefônica.
Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023): com 83 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto da Companhia, tendo o direito potencial de receber 1.654.058 ações da Telefônica.
Ciclo 2022-2024 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 103 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto da Companhia, tendo o direito potencial de receber 865.821 ações da Telefônica.
- Performance Share Plan ("PSP VIVO")**, para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível local:
Ciclo 2022-2024 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 101 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto da Companhia, tendo o direito potencial de receber o valor referente a 431.607 ações da Companhia.
- Plano Global de Compra Incentivada de Ações da Telefônica: Plano 100**
Os empregados inscritos no plano podem adquirir ações da Telefônica mediante contribuições mensais de 25 euros até 150 euros (ou o equivalente em moeda local), descontadas em folha de pagamento, mensalmente com um valor máximo de 1.800 euros ao longo de um período de doze meses (período de compra). Os seis meses seguintes ao período de compra são o período de retenção das ações compradas. Ao final deste período serão entregues ações adicionais, ou seja, a cada uma ação comprada pelo colaborador, será concedida uma ação gratuita. O ciclo deste plano tem vigência de 1º de setembro de 2022 a 31 de março de 2024.

A entrega de ações ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, após 31 de março de 2024, e está condicionada a: (i) a permanência no emprego durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas; e (ii) o número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito depende do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuaram no Grupo Telefônica, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais seis meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

Para comemorar o 100º aniversário da constituição da Telefônica (19 de abril de 2024), além das Ações Adicionais, cada um dos partícipes poderá receber gratuitamente 100 Ações de Comemoração da Telefônica ("as Ações de Comemoração"). A entrega de ações de comemoração ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, após 31 de março de 2024, e está condicionada a: (i) que o empregado inscrito no plano faça as contribuições, independentemente do valor de tal contribuição, durante os doze (12) meses de duração do Período de Compra sem interrupção; (ii) que mantenha as Ações Adquiridas depositadas na Conta de Valores até a Data de Consolidação; e (iii) que o empregado inscrito no plano continue prestando serviços para o Grupo até a Data de Consolidação (primeiro dia após o término do período de manutenção em 31 de março de 2024).

As despesas da Companhia e suas controladas com os planos de remuneração baseados em ações descritos a seguir, quando aplicáveis, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 26), nos montantes de R\$38.528 e R\$17.867 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos consolidados do passivo dos planos de remuneração em ações eram de R\$77.175 e R\$109.682, respectivamente, incluindo tributos.

31. PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a) Política contábil

A Companhia e suas controladas patrocinam individualmente fundos de pensão de benefícios pós-emprego para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de complementação de aposentadoria e assistência médica para ex-empregados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Passivos relacionados aos planos definidos são avaliados atuariamente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as reservas são suficientes para garantir os compromissos atuais e futuros. Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes). Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal - NTNs), deduzido do valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia ou suas controladas e não podem ser pagos diretamente à Companhia ou suas controladas. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de plano de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

Os custos atuariais reconhecidos na demonstração dos resultados são limitados ao custo do serviço e custo de juros sobre a obrigação do plano de benefício definido. Qualquer mudança na mensuração dos ativos e obrigações dos planos são inicialmente reconhecidos em outros resultados abrangentes e imediatamente reclassificados para lucros acumulados no patrimônio líquido.

A Companhia e suas controladas administram e patrocinam, individualmente, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento à Lei 9.656/1998 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

c) Informações sobre os planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

A tabela a seguir descreve os planos de que a Companhia e suas controladas patrocinam com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Administrador	Patrocinador
PBS-A	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil, Terra Networks, TGLog e TIS
CTB	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
Telefônica BD	Benefício Definido (BD)	Visão Prev	Telefônica Brasil
VISÃO	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	Visão Prev	Telefônica Brasil, Terra Networks, TGLog, TIS e CloudCo Brasil

A Companhia tem participação nas decisões que afetam diretamente a governança dos planos, com membros indicados tanto para o Conselho Deliberativo quanto para o Conselho Fiscal das administradoras Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar ("Visão Prev") e Fundação Sistel de Seguridade Social ("Sistel").

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custo de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

O valor justo dos ativos dos planos é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTNs, LFTs, LTNs, operações compromissadas, CDBs, debêntures, letras financeiras e cotas FIDC) e investimentos em renda variável (ações de empresas de grande porte, com boa reputação no mercado e com alta liquidez, além de investimentos em cotas de fundos de ações e índices de mercado).

Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

As administradoras dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia (Visão Prev e Sistel) procuram efetuar casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.

À exceção dos planos CTB e plano de assistência médica - Lei nº 9.656/1998, geralmente todos os planos de benefícios que tenham fundo constituído, apresentam posição superavitária. O benefício econômico registrado no ativo da Companhia e suas controladas não reflete o total de *superávit* apurado nesses planos, pois considera apenas a parte dos *superávits* que apresenta real possibilidade de recuperação. A forma de recuperação dos *superávits* dos planos é unicamente através de reduções em contribuições futuras e, visto que nem todos os planos recebem atualmente contribuições de grandeza suficiente para a total recuperação dos *superávits*, o benefício econômico registrado no ativo está limitado ao total possível de recuperação de acordo com as contribuições futuras projetadas.

Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, sendo que o rateio dos ativos dos planos foi efetuado com base no passivo atuarial da Companhia em relação ao passivo atuarial total do plano.

Os ganhos e perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes). A seguir, apresentamos informações resumidas dos planos de previdência e outros benefícios pós-emprego.

c.1) Planos de benefícios de saúde pós-emprego

A avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde PAMA utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2022, enquanto a avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde Lei nº 9.656/1998 utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2022, ambos projetados para 31 de dezembro de 2022.

c.1.1) **Plano de Assistência Médica ao Aposentado e Programa de Coberturas Especiais (PAMA e PAMA-PCE)**
A Companhia, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, a custo compartilhado, patrocina planos de assistência médica (PAMA e PAMA-PCE) aos aposentados. Estes planos são administrados pela Sistel e têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

As contribuições aos planos são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custo é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes ativos vinculados ao plano Telefônica BD.

c.1.2) Plano de assistência médica - Lei nº 9.656/1998

Em atendimento à Lei nº 9.656/1998, a Companhia administra e patrocina, juntamente com suas controladas, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano.

Conforme previsão dos artigos 30 e 31 da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo. Os participantes em fase de benefício são classificados em aposentados e seus dependentes e demitidos e seus dependentes.

Os aposentados e demitidos, para manutenção de seus direitos aos benefícios, deverão efetuar contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras.

c.2) Planos de previdência pós-emprego

A avaliação atuarial efetuada para os planos de previdência CTB e PBS-A utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2022, projetado para 31 de dezembro de 2022 e o cadastro dos participantes com data base 31 de julho de 2021, projetado para 31 de dezembro de 2021.

c.2.1) **Plano PBS Assistidos (PBS-A)**
O PBS-A é um plano de benefício definido de complementação previdenciária administrado pela Sistel e patrocinado pela Companhia, solidariamente com as demais empresas de telecomunicações originadas da privatização do sistema Telebrás. O PBS-A está sujeito a aportes de recursos das patrocinadoras, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

O PBS-A é composto por participantes assistidos do plano de benefícios da Sistel que já estavam na condição de aposentados em 31 de janeiro de 2000, originários de todas as patrocinadoras participantes, mantida a solidariedade de todas as patrocinadoras do plano, entre si, e com a Sistel.

Conforme Portaria Nº 1.061 da PREVIC, de 5 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União ("DOU") em 9 de dezembro de 2019, a Sistel aprovou distribuição de parte de seu *superávit*, na forma de reserva especial do PBS-A, com reversão de valores às patrocinadoras e melhoria de benefícios, na forma de renda temporária, aos assistidos. A participação correspondente à Companhia na distribuição dessa reserva foi calculada no valor de R\$215.328, com distribuição prevista na forma de 36 pagamentos mensais, corrigidas pelo rendimento do plano, já recebidas em sua totalidade pela Companhia (Nota 11).

Mesmo considerando a distribuição da reserva aprovada pela PREVIC, o PBS-A ainda apresenta ativos superiores às obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Esses excedentes não foram reconhecidos em virtude da falta de previsão legal de seu reembolso e, por não ser um plano contributivo, não é possível nenhum abatimento em futuras contribuições.

c.2.2) Plano CTB ("CTB")

As contribuições ao plano CTB são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custo é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano.

A Companhia administra e patrocina, individualmente, o plano CTB, plano oferecido originalmente aos antigos empregados da Companhia Telefônica Brasileira que estavam na empresa em 1977, com os quais foi firmado contrato individual de concessão de aposentadoria para incentivar o desligamento desses empregados. Trata-se de um benefício informal de complementação de aposentadoria pago aos ex-empregados diretamente pela Companhia. Estes planos têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

c.2.3) Plano Telefônica BD

A Companhia patrocina, individualmente, o plano de benefício definido previdenciário, o Telefônica BD.

Visando aprimorar a alocação dos ativos do plano Telefônica BD e analisar a taxa de cobertura das obrigações do plano nos próximos anos, foi conduzido um estudo de *Application Lifecycle Management* ("ALM") estocástico pela Visão Prev e pela Willis Towers Watson. Esse estudo de ALM objetivou verificar a projeção da relação entre cobertura do passivo (índice de solvência) e o risco de descasamento, medido pelo desvio padrão do índice de solvência. O estudo concluiu que o plano apresenta trajetória sustentável de sua taxa de cobertura com a carteira atual de investimentos.

No momento da concessão, é calculado um benefício que será pago de forma vitalícia e atualizado pela inflação. Este plano não está aberto a novas adesões.

As contribuições são definidas conforme o plano de custeio, que é calculado considerando hipóteses financeiras, demográficas e econômicas com o objetivo de acumular recursos suficientes para o pagamento do benefício para os participantes que já estão recebendo e para as novas aposentadorias.

c.2.4) Planos Visão (Visão Telefônica e Visão Multi)

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (planos híbridos) previdenciários, os planos Visão, administrados pela Visão Prev. A contribuição é atribuída a cada controlada na proporção econômica e demográfica de sua respectiva obrigação com o plano.

As contribuições realizadas pela Companhia e suas controladas referente às parcelas de contribuição definida totalizaram R\$53.732 em 31 de dezembro de 2022 (R\$54.592 em 31 de dezembro de 2021).

As contribuições aos planos Visão são: (i) contribuição básica e adicional, com contribuições efetuadas pelo participante e patrocinadora; e (ii) contribuição suplementar, esporádica e específica, com contribuição efetuada apenas pelo participante.

Além disso, o participante tem a possibilidade de escolher um dos cinco perfis de investimento para aplicar o seu saldo, são eles: superconservador, conservador, moderado, agressivo e agressivo renda fixa longo prazo.

c.3) **Informações consolidadas dos planos de previdência e de outros benefícios pós-emprego**

c.3.1) Conciliação dos passivos (ativos), líquidos

31 de dezembro de 2022 e o cadastro dos participantes com data base 31 de julho de 2021, projetado para 31 de dezembro de 2021. A avaliação atuarial efetuada para os planos de previdência Telefônica BD e Planos Visão utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2022, projetado para 31 de dezembro de 2022 e o cadastro dos participantes com data base 31 de julho de 2021, projetado para 31 de dezembro de 2021.

c.3.1) Plano PBS Assistidos (PBS-A)

O PBS-A é um plano de benefício definido de complementação previdenciária administrado pela Sistel e patrocinado pela Companhia, solidariamente com as demais empresas de telecomunicações originadas da privatização do sistema Telebrás. O PBS-A está sujeito a aportes de recursos das patrocinadoras, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

O PBS-A é composto por participantes assistidos do plano de benefícios da Sistel que já estavam na condição de aposentados em 31 de janeiro de 2000, originários de todas as patrocinadoras participantes, mantida a solidariedade de todas as patrocinadoras do plano, entre si, e com a Sistel.

Conforme Portaria Nº 1.061 da PREVIC, de 5 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União ("DOU") em 9 de dezembro de 2019, a Sistel aprovou distribuição de parte de seu *superávit*, na forma de reserva especial do PBS-A, com reversão de valores às patrocinadoras e melhoria de benefícios, na forma de renda temporária, aos assistidos. A participação correspondente à Companhia na distribuição dessa reserva foi calculada no valor de R\$215.328, com distribuição prevista na forma de 36 pagamentos mensais, corrigidas pelo rendimento do plano, já recebidas em sua totalidade pela Companhia (Nota 11).

Mesmo considerando a distribuição da reserva aprovada pela PREVIC, o PBS-A ainda apresenta ativos superiores às obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Esses excedentes não foram reconhecidos em virtude da falta de previsão legal de seu reembolso e, por não ser um plano contributivo, não é possível nenhum abatimento em futuras contribuições.

c.3.2) Plano CTB ("CTB")

As contribuições ao plano CTB são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custo é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano.

A Companhia administra e patrocina, individualmente, o plano CTB, plano oferecido originalmente aos antigos empregados da Companhia Telefônica Brasileira que estavam na empresa em 1977, com os quais foi firmado contrato individual de concessão de aposentadoria para incentivar o desligamento desses empregados. Trata-se de um benefício informal de complementação de aposentadoria pago aos ex-empregados diretamente pela Companhia. Estes planos têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

c.3.3) Plano Telefônica BD

A Companhia patrocina, individualmente, o plano de benefício definido previdenciário, o Telefônica BD.

Visando aprimorar a alocação dos ativos do plano Telefônica BD e analisar a taxa de cobertura das obrigações do plano nos próximos anos, foi conduzido um estudo de *Application Lifecycle Management* ("ALM") estocástico pela Visão Prev e pela Willis Towers Watson. Esse estudo de ALM objetivou verificar a projeção da relação entre cobertura do passivo (índice de solvência) e o risco de descasamento, medido pelo desvio padrão do índice de solvência. O estudo concluiu que o plano apresenta trajetória sustentável de sua taxa de cobertura com a carteira atual de investimentos.

No momento da concessão, é calculado um benefício que será pago de forma vitalícia e atualizado pela inflação. Este plano não está aberto a novas adesões.

As contribuições são definidas conforme o plano de custeio, que é calculado considerando hipóteses financeiras, demográficas e econômicas com o objetivo de acumular recursos suficientes para o pagamento do benefício para os participantes que já estão recebendo e para as novas aposentadorias.

c.3.4) Planos Visão (Visão Telefônica e Visão Multi)

continuação



Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	31.12.21	31.12.20
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	8,56% a 8,61%	8,74% a 8,78%
Taxa de crescimento salarial futuro	4,32% a 6,09%	Não aplicável
Taxa de crescimento dos custos médicos	Não aplicável	6,35%
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	3,3%	Não aplicável
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	Não aplicável	57 a 63 anos
Idade prevista para aposentadoria	57 a 60 anos	57 a 63 anos
Tábua de mortalidade de válidos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% e 50%	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 60%	RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 60%
Tábua de entrada em invalidez	Light-Forte; Álvaro Vindas (suavizada em 50%); Light-Fraca (suavizada em 50%)	Light-Forte
Rotatividade	Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)

Além das premissas apresentadas nos quadros acima, para 2022 e 2021 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue: (i) taxa de inflação de longo prazo: 3,50% em 2022 e 3,25% 2021; e (ii) agravamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade: 4,0% para 2022 e 2021.

c.3.12) Mudanças em premissas atuariais em relação ao exercício anterior

Como o intuito de adequar algumas premissas atuariais à realidade econômica e financeira, foi realizado estudo de aderência para os planos administrados pela Visão Previ e Sistel, as quais aprovaram a definição das premissas em seus Conselhos Deliberativos.

As principais premissas econômicas e financeiras que sofreram alterações em relação ao exercício anterior e que interferem no passivo de benefício definido são: (i) taxas para desconto a valor presente do passivo de benefício definido; (ii) taxa de inflação de longo prazo; (iii) taxa de crescimento salarial futuro; (iv) taxa de crescimento dos custos médicos; e (v) índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários.

A seguir, apresentamos os impactos sobre o passivo de benefício definido dos planos em função da nova definição das premissas atuariais.

	Consolidado		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício corrente	1.969.220	1.495.397	3.464.617
Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício anterior	2.112.377	1.653.990	3.766.367
Varição observada pela alteração das premissas atuariais	(143.157)	(158.593)	(301.750)

c.3.13) Análise de sensibilidade de premissas atuariais

A Companhia julga que as premissas atuariais significativas, com possibilidade razoável de variações frente aos cenários demográficos e econômicos, e que poderiam alterar significativamente o montante da obrigação de benefício definido são a taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido e a taxa de crescimento dos custos médicos.

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento e redução na taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido e na taxa de crescimento dos custos médicos.

	Consolidado		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido, projetado pela taxa de crescimento dos custos médicos atual	1.969.220	1.495.397	3.464.617
Considerando-se uma taxa aumentada em 1%	1.969.220	1.700.076	3.669.296
Considerando-se uma taxa reduzida em 1%	1.969.220	1.326.082	3.295.302
Passivo de benefício definido, desconto a valor presente pela taxa atual	1.969.220	1.495.397	3.464.617
Considerando-se uma taxa aumentada em 0,5%	1.901.638	1.406.988	3.308.626
Considerando-se uma taxa reduzida em 0,5%	2.041.501	1.593.293	3.634.794

c.3.14) Alocação dos ativos dos planos

	Consolidado			
	31.12.22	31.12.21	31.12.20	31.12.19
Planos de previdência pós-emprego	2.809.035	2.756.822	2.756.822	2.756.822
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	848.895	848.895	848.895	848.895
Planos de previdência pós-emprego	161.175	161.175	161.175	161.175
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	60.376	60.376	60.376	60.376
Planos de previdência pós-emprego	164.776	164.776	164.776	164.776
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	-	-	-	-
Planos de previdência pós-emprego	20.716	20.716	20.716	20.716
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	-	-	-	-
Planos de previdência pós-emprego	840	840	840	840
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	6.896	6.896	6.896	6.896
Planos de previdência pós-emprego	20	20	20	20
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	-	-	-	-
Planos de previdência pós-emprego	6.217	6.217	6.217	6.217
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	-	-	-	-
Planos de previdência pós-emprego	84.497	84.497	84.497	84.497
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	-	-	-	-
Planos de previdência pós-emprego	17.215	17.215	17.215	17.215
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	-	-	-	-
Planos de previdência pós-emprego	1.922	1.922	1.922	1.922
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	-	-	-	-
Total	3.273.309	909.271	3.310.273	860.165

Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

As administradoras dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia (Visão Previ e Sistel) procuram efetuar o casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS

a) Política contábil

a.1) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) a custo amortizado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme a situação.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características de fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de cada instrumento financeiro.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

Os ativos financeiros consolidados da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, valores a receber de alienação de imóveis e outros e créditos com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo os juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: são subsequentemente mensurados a custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos e estão sujeitos a perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na baixa desses ativos é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Desreconhecimento (baixas)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou (ii) ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas aplicam um modelo de *impairment* para ativos financeiros com base nas perdas de crédito esperadas, usando um método simplificado para certos ativos de curto e longo prazo (receíveis comerciais, recebíveis de arrendamentos e ativos contratuais).

De acordo com essa abordagem simplificada, a redução do valor recuperável é reconhecida por referência às perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil do ativo. Para esse fim, a Companhia e suas controladas utilizam matrizes baseadas na experiência histórica de inadimplência em um portfólio segmentado por categoria de cliente, de acordo com o padrão de crédito. A matriz para cada categoria tem um horizonte de tempo definido, dividido em intervalos, de acordo com a política de gerenciamento de coleta e é alimentada com dados históricos que cobrem pelo menos 24 ciclos de coleta. Esses dados são atualizados regularmente. Com base nas informações observáveis a cada fechamento, a Companhia e suas controladas avaliam a necessidade de ajustar as taxas resultantes dessas matrizes, considerando as condições atuais e as projeções econômicas futuras.

a.2) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, um passivo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) a custo amortizado; ou (iii) derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescidos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros consolidados da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, licenças 5G, passivos pela aquisição de sociedade, instrumentos financeiros derivativos, obrigações com a ANATEL, valores a restituir a clientes e obrigações com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados, exceto aqueles designados como instrumentos financeiros derivativos de *cash flow hedge*.

Os juros, variações monetárias e cambiais e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado, quando incorridos.

Passivos financeiros a custo amortizado: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento (baixas)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

a.3) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Companhia e/ou suas controladas.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da melhor utilização possível do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizará o ativo da melhor forma possível.

A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de insumos observáveis e minimizando o uso de insumos não observáveis.

O valor justo para todos os ativos e passivos é categorizado dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia e suas controladas possam ter acesso na data da mensuração;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo) a cada encerramento do exercício.

A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas a cada tipo de instrumento. Tanto as interpretações dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas razoáveis para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não ocorreram transferências de avaliações de valor justo entre os níveis citados.

a.4) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a.5) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: (i) existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*; (ii) o efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica; e (iii) o índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a Companhia efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia avaliará a eficácia do instrumento de *hedge*, para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

No reconhecimento inicial de um relacionamento de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual desejam aplicar contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de moeda e taxa de juros e contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação, sendo subsequentemente, remensurados ao valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração dos resultados, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de *hedge* afetar o resultado.

Para fins de contabilidade de *hedge*, podemos classificar como: *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* a valor justo. Os contratos da Companhia são classificados como *hedges* de fluxo de caixa, quando fornecem proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um passivo reconhecido que possa afetar o resultado, e de valor justo quando fornecem proteção contra a exposição às alterações no valor justo de parte identificada de certos passivos que seja atribuível a um risco particular (variação cambial) e possa afetar o resultado.

Hedges de fluxo de caixa

Hedges de fluxo de caixa que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) a parte eficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes); e (ii) a parte ineficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração dos resultados quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de *hedging*), ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de *hedge*, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

Hedges de valor justo

Hedges de valor justo que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) o ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados; e (ii) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto é registrada como ajuste do valor contábil do item coberto e reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Para *hedges* a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do *hedge* utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de *hedge* deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de *hedge*. Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente na demonstração dos resultados.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de *hedge*, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de *hedge* será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda na demonstração dos resultados.

Classificação entre circulante e não circulante

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como circulante e não circulante com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados. Quando um instrumento financeiro derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*) for mantido por um período superior a 12 meses após a data do balanço, será classificado como não circulante (ou segregado em parcela circulante e não circulante), consistentemente com a classificação do item correspondente.

O instrumento financeiro derivativo é segregado em parcela de circulante e não circulante apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

Os instrumentos financeiros derivativos e classificados como *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

c) Instrumentos financeiros derivativos

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm principalmente o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira e proteção ao risco de variação da inflação de arrendamento mercantil indexados ao IPCA. Não há instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação aos seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

Desde que estes contratos de instrumentos financeiros derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos instrumentos financeiros derivativos, conforme as regras de *hedge accounting*. Essa contabilidade de *hedge* se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos embutidos.

c.1) Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da B3 e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela B3.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na B3, sendo classificados como *swaps*, usualmente, não requerendo depósitos de margem.

